

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA CLARA GAZZOTTO LONGHI

**INTERVENÇÃO E PODER NO HAITI:
UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA MINUSTAH (2004-2017)**

**GOIÂNIA
2025**

MARIA CLARA GAZZOTTO LONGHI

INTERVENÇÃO E PODER NO HAITI:
UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA MINUSTAH (2004-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danilo Alarcon

GOIÂNIA

2025

Longhi, Maria Clara Gazzotto. 2025.

Intervenção e poder no Haiti: uma análise decolonial da MINUSTAH (2004-2017)/ Maria Clara Gazzotto Longhi – Goiânia, 2025.
Total de folhas: 76 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2025.

1. decolonialidade. 2. MINUSTAH. 3. Haiti. 4. hierarquia. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA CLARA GAZZOTTO LONGHI

INTERVENÇÃO E PODER NO HAITI:
UMA ANÁLISE DECOLONIAL DA MINUSTAH (2004-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danilo Alarcon

Aprovada em 08 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danilo Alarcon (PUC Goiás)

Profa. Dr.^a Fernanda de Paula Ferreira Moi (PUC Goiás)

Profa. Darcília do Prado Barbosa e Silva (IRI – PUC-Rio)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todos que me acompanharam durante a jornada acadêmica. A Deus agradeço por me dar a vida e as oportunidades que nela tive até chegar aqui. A Nossa Senhora, minha Mãe, eu sou grata pela presença e acolhimento que me fizeram perseverante e nunca permitiram a minha queda, nem nos momentos que tudo parecia impossível. Ao Espírito Santo, expresso minha gratidão por ter sido a luz que me conduziu pelo caminho certo e me guiou por lugares que me trouxeram a este momento. Louvo e agradeço a meu anjo da guarda pela capacidade que me foi oferecida para que este trabalho fosse realizado com sabedoria, dedicação e carinho.

Registro minha profunda gratidão ao meu orientador e coordenador do curso, prof. Danilo Alarcon, que esteve presente ao longo dos quatro anos de minha formação. Sua coordenação segura, generosa e dedicada foi decisiva para o desenvolvimento de todos nós. Obrigada pela orientação atenta e pela condução brilhante deste trabalho, sempre com profissionalismo, paciência e incentivo.

Agradeço ao corpo docente do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás, especialmente aos professores Giovanni Okado e Leandro Borges, pelos ensinamentos e por ampliarem minha capacidade de pensar, questionar e evoluir. Agradeço também às professoras Fernanda de Paula Ferreira Moi e Darcília do Prado Barbosa e Silva pela leitura atenta, comentários e acréscimos sobre este trabalho monográfico.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha jornada acadêmica, deixo meu reconhecimento. Este trabalho é resultado de muitas mãos, muitos gestos e muitos corações que cruzaram meu caminho. Que este momento represente não apenas uma conquista pessoal, mas também o reflexo do amor, do apoio e da fé que recebi ao longo de toda a caminhada.

Volto-me agora aos agradecimentos de cunho familiar. A Deus agradeço a vida do meu querido avô “Bidas”, que tenho certeza de que lá de cima vive em mim em cada conquista. A minha amada vó Cida, cuja memória carrego como fonte inesgotável de amor. A tia Ana, que com seu amor gigantesco sempre acreditou e torceu por mim.

Aos meus de casa, meu irmão Enzo, amor da minha vida pelo qual eu dedico todas as minhas forças; a meu pai, Miguel, que é minha maior representação de amor e meu exemplo terreno; e, a minha mãe Patrícia, meu eixo fundante e espaço de acolhimento eterno, deixo uma gratidão imensa. Vocês são minha base, meu porto seguro, meu incentivo diário e exemplo de amor, humildade e honestidade. Obrigada por compreenderem minhas ausências, celebrarem

minhas conquistas e acreditarem em mim mesmo quando, por vezes, eu duvidei. Vocês são fonte inesgotável de amor, motivo de cada passo que dou e a razão dos meus sonhos. À minha tia e madrinha Fa, que semeia um amor tão grande e genuíno, e foi minha primeira incentivadora à leitura, deixo meu agradecimento eterno por tudo o que é e faz para mim. Aos meus amados avós maternos, Maria e Alexandre, recebam minha enorme gratidão e carinho pelas orações, pelas palavras de sabedoria e pelo acolhimento nos momentos complicado.

Aos colegas de Universidade que contribuíram com a minha caminhada agradeço profundamente. Em especial, as amigas do coração que levarei para a vida toda, Ana Maria, Ana Luísa, Gabriella e Giovanna, obrigada por serem abrigo, riso, força e companhia. Vocês transformaram os dias difíceis e comemoraram comigo cada avanço, fizeram com que um caminho longo e tortuoso se tornasse florido e alegre. Sou abençoada por ter encontrado pela estrada amizades verdadeiras fundamentadas no amor, na união, no respeito e na cumplicidade. Para o futuro, espero celebrar nossa cumplicidade diariamente, como fazíamos com café e pão de queijo nos dias de aula da faculdade. Ao querido amigo Adriano, agradeço pela parceria, pelo incentivo e pelas conversas que tantas vezes me fizeram reorganizar os pensamentos e encontrar novas motivações. Sua amizade foi essencial ao longo dessa trajetória.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar o papel das intervenções externas, em específico da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que vigorou de 2004 a 2017, a partir de uma análise decolonial, enfatizando a perpetuação de estruturas neocoloniais e da violência estrutural. A pergunta que orienta esta pesquisa é: como a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti reproduziu lógicas de colonialidade a partir da institucionalização de práticas de tutela? Esta é uma pesquisa qualitativa, dedutiva e crítica. Parte-se do referencial teórico decolonial para a investigação sobre a missão de paz da ONU no Haiti, entre 2004 e 2017. As fontes principais para esta segunda etapa foram as próprias resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Os resultados do trabalho estão na comprovação da institucionalização da tutela pela MINUSTAH, perpetuada através da histórica contenção do Haiti como campo revolucionário. A pesquisa expõe que a intervenção foi estruturada por uma lógica racializada da paz liberal, utilizando a narrativa de Estado falido, articulada à elite local, para negar a soberania e autodeterminação haitiana. As evidências indicam a permanência da hierarquia moderna racializada que sustenta as lógicas de intervenção externa no Haiti. Conclui-se que a MINUSTAH reproduziu integralmente as lógicas de colonialidade, através da institucionalização da tutela como um mecanismo de manutenção do Haiti em uma posição de subordinação política, econômica e racial no sistema internacional que permitia a perpetuação dos interesses externos dos países centrais em terras haitianas.

Palavras-chave: decolonialidade; MINUSTAH; Haiti; hierarquia.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to examine the role of external interventions, specifically the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), which was in force from 2004 to 2017, based on a decolonial analysis, emphasizing the perpetuation of neocolonial structures and structural violence. The question that guides this research is: how did the United Nations (UN) intervention in Haiti reproduce colonial logic through the institutionalization of tutelary practices? This is a qualitative, deductive, and critical study. It is based on a decolonial theoretical framework for investigating the UN peacekeeping mission in Haiti between 2004 and 2017. The main sources for this second stage were the UN Security Council resolutions themselves. The results of the study confirm the institutionalization of guardianship by MINUSTAH, perpetuated through the historical containment of Haiti as a revolutionary field. The research shows that the intervention was structured by a racialized logic of liberal peace, using the narrative of a failed state, articulated with the local elite, to deny Haitian sovereignty and self-determination. The evidence indicates the permanence of the modern racialized hierarchy that sustains the logic of external intervention in Haiti. It is concluded that MINUSTAH fully reproduced the logic of coloniality through the institutionalization of guardianship as a mechanism for maintaining Haiti in a position of political, economic, and racial subordination in the international system, which allowed the perpetuation of the external interests of central countries on Haitian soil.

Key Words: decoloniality; MINUSTAH; Haiti; hierarchy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Argentina, Chile e Brasil

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACREPH - Ação Coletiva para a Redução da Pobreza no Haiti

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIRH - Comissão Interina de Reconstrução do Haiti

CIVPOL - polícia civil da ONU

CSNU - Conselho de Segurança da ONU

DDR - programas de desarmamento, desmobilização e reintegração

DSNCRP -Documento de Estratégia Nacional para o Crescimento e a Redução da Pobreza

EUA - Estados Unidos da América

FIM - Força Interina Multinacional

FMI - Fundo Monetário Internacional

FMLN - Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

FPNU - Fundo Populacional das Nações Unidas

HOPE I - Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti

HRF - Fundo de Reconstrução do Haiti

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICISS - sigla em inglês para Comissão Internacional sobre a intervenção e a soberania do estado

IHRC - Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti

MICIVIH - Missão Civil Internacional para o Haiti

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MIPONUH - Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti

MODEP - *Mouvement Démocratique Populaire*

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

ONUSAL - Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador

OUA - Organização da Unidade Africana

PDNA - Avaliação de Necessidades Pós-Desastre

PIDHDD - *Plateforme Interaméricaine des Droits Humains, Démocratie et Développement*

PNC - Polícia Nacional Civil

PNH - Polícia Nacional Haitiana

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRPNH - Plano de Reforma da Polícia Nacional Haitiana

QIPs - Projetos de alto impacto

R2P, da sigla em inglês - Responsabilidade de Proteger

RVC - Redução da Violência Comunitária

SWAPO - Organização do Povo do Sudoeste Africano

UNAMIR - Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda

UNITAF - United Task Force

UNMIH - Missão das Nações Unidas no Haiti

UNOSOM I - Operação das Nações Unidas da Somália

UNOSOM II - Operação das Nações Unidas da Somália

UNSMIH - Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti

UNTAG - Missão de Assistência de Transição das Nações Unidas

UNTMIH - Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
NOTAS METODOLÓGICAS	12
1 UMA RELEITURA DECOLONIAL DA ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS CSNU	16
1.1 QUAIS OS FUNDAMENTOS DA PERSPECTIVA DECOLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?.....	16
1.2 A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA: DA CARTA À PRÁTICA	20
1.2.1 Uma leitura crítica da atuação do CSNU	23
2 O HAITI NO SISTEMA INTERNACIONAL	30
2.1 O HAITI COMO CAMPO REVOLUCIONÁRIO	31
2.1.1 O Haiti durante a Guerra Fria	37
2.1.2 A intervenção no Haiti nos anos 1990.....	43
2.2 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO HAITI ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI	45
3 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA: A MINUSTAH EM PERSPECTIVA CRÍTICA	48
3.1 DE 2004 A 2009.....	48
3.1.1 As reformas no setor de segurança e suas implicações	55
3.1.2 Os impactos da crise de 2008	58
3.2 DE 2010 A 2017	60
3.3 AS QUESTÕES NEGLIGENCIADAS NA MINUSTAH: RAÇA, CONTROLE E PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA NO HAITI	65
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

A história haitiana vista com lentes ocidentais e hegemônicas não ultrapassou ainda as barreiras coloniais que acorrentaram o país desde seu nascimento até novas formas de dominação. Diante disso, o objetivo deste trabalho é examinar o papel das intervenções externas, em específico da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que vigorou de 2004 a 2017, a partir de uma análise decolonial, enfatizando a perpetuação de estruturas neocoloniais. A pergunta que orienta esta pesquisa é: como a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti reproduziu lógicas de colonialidade a partir da institucionalização de práticas de tutela?

A base teórica que fundamenta esta análise é composta por autores centrais do pensamento decolonial, como Mignolo (2007), pois suas contribuições permitem compreender a permanência da colonialidade do poder, do saber e do ser após o fim formal do colonialismo. Esses estudos auxiliam na interpretação de como determinadas narrativas internacionais, especialmente aqueles voltados ao Haiti, reproduzem classificações raciais hierarquizadas, epistemológicas e políticas que justificam práticas de intervenção, administração e tutela. A teoria decolonial é operacionalizada aqui como lente de investigação e como ferramenta crítica para analisar os limites das respostas internacionais oferecidas ao país ao longo das últimas décadas.

A discussão teórica se articula com a história haitiana, um elemento indispensável para compreender a posição do país no sistema internacional. O Haiti é o primeiro Estado negro independente do mundo moderno, fruto de uma revolução que desafiou diretamente o colonialismo europeu e a escravidão atlântica. Esse feito, defendido por autores como Michel-Rolph Trouillot (1995), colocou o Haiti em um lugar único, em que sua existência política se tornou uma ameaça à ordem colonial e sua trajetória histórica passou a ser marcada por punições, isolamento e tentativas constantes de contenção. Assim, ao tratar o Haiti como um campo revolucionário, o trabalho evidencia que as percepções internacionais centrais sobre o país, inclusive aquelas expressas em resoluções da ONU, não são neutras, mas sim repletas de memórias coloniais e pela retórica do desconforto global com sua radicalidade política.

Este trabalho examina as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que estruturaram a presença internacional no Haiti, especialmente no período da MINUSTAH. Ao investigar essas resoluções e seus desdobramentos práticos, o trabalho identifica como a narrativa de um Haiti como Estado frágil e incapaz opera como um mecanismo discursivo que

legítimas intervenções. Isso revela as dimensões raciais e coloniais que reforçam a hierarquização global entre Estados e criam condições para que a organização internacional administre, conduza e, em certa medida, substitua estruturas de governança haitianas.

Torna-se evidente que a raça desempenha papel determinante na forma como o Haiti é continuamente enquadrado na retórica internacional. Guerra (2018) reforça esse argumento ao citar a raça como um *sliding signifier* (significativamente escorregadio), ou seja, é um conceito moldado através de dinâmicas contextuais com o fito de amparar fundamentos culturais desmembrados de qualquer estudo biológico. Assim, como conceituado por Dubois (1925, *apud* Guerra, 2018), a “linha de cor” global é intrínseca às missões de paz da contemporaneidade e atua na subjugação dos corpos, da atividade laboral e das riquezas pertencentes a populações não brancas marginalizadas afetadas por décadas de colonialismo, intervenções externas e conflitos locais. Nesse sentido, como discutido neste trabalho, a construção da narrativa do Haiti como Estado falido é condicionada pela perspectiva dos países centrais, em especial das potências imperialistas do Atlântico Norte, articulada aos interesses da elite local. Desde a Revolução Haitiana, reconhecida como a primeira revolução negra e anticolonial, essa retórica opera como mecanismo para resguardar a continuidade dos interesses externos no país através da lógica da modernidade colonial.

A partir disso, compreende-se que práticas de intervenção, reconstrução e gestão humanitária não podem ser dissociadas das estruturas raciais que definem quem é visto como plenamente capaz de autogoverno e quem é enquadrado como objeto de tutela. A análise das resoluções evidencia que as intervenções constituídas por preceitos da colonialidade e racialização hierárquica determinam de modo arbitrário sobre o destino das vidas haitianas e a necessidade de intervenção internacional. Consequentemente, a hierarquização racial moderna determina privações impostas ao povo negro haitiano sobre seus direitos básicos, como o direito à autodeterminação, e impõem uma lógica de tutela e exploração em serviço dos interesses externos (Guerra, 2018).

NOTAS METODOLÓGICAS

Esta é uma pesquisa qualitativa, dedutiva e crítica. Parte-se do referencial teórico decolonial para a investigação sobre a missão de paz da ONU no Haiti, entre 2004 e 2017. As fontes principais para esta segunda etapa foram as próprias resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Para a instrumentalização da perspectiva analítica, as resoluções foram

exploradas por meio de três categorias: a) as principais decisões instituídas por cada documento; b) os apontamentos referentes a problemas relativos ao desenvolvimento do país – considerando as estruturas e as dinâmicas de poder –; c) as considerações sobre questões sociais, em especial, raça e gênero. O gênero aqui torna-se elemento essencial para a compreensão completa da estrutura da colonialidade e da percepção da instrumentalização do sistema de gênero colonial/moderno na subjugação do povo haitiano, dado seu entendimento como um eixo constitutivo do padrão de poder e dominação não podendo dissociar-se da classificação racial hierárquica (Lugones, 2020).

Nota-se que das vinte e uma resoluções analisadas, indicadas no quadro abaixo, apenas cinco não discutiram questões sociais e duas não abordaram o desenvolvimento do país. É com as fontes secundárias e o arcabouço teórico crítico que será discutido o porquê de o país não ter se desenvolvido no período, pois manteve-se, como postulado, preso a arranjos de tutela.

QUADRO 1 – Avaliação geral das Resoluções do CSNU referentes à MINUSTAH

ANO	RESOLUÇÃO	Os textos apontam problemas relativos ao desenvolvimento do país?	Há referências às questões sociais (especialmente, raça e gênero)?
2004	1529	Sim	Não
2004	1542	Sim	Não
2004	1576	Não	Sim
2005	1601	Não	Não
2005	1608	Sim	Sim
2006	1658	Sim	Não
2006	1702	Sim	Sim
2007	1743	Sim	Sim
2007	1780	Sim	Sim
2008	1840	Sim	Sim
2009	1892	Sim	Sim
2010	1908	Sim	Não
2010	1927	Sim	Sim
2010	1994	Sim	Sim
2011	2012	Sim	Sim
2012	2070	Sim	Sim
2013	2119	Sim	Sim
2014	2180	Sim	Sim
2015	2243	Sim	Sim
2016	2313	Sim	Sim
2017	2350	Sim	Sim

Fonte: elaborada pelos autores a partir da leitura das resoluções.

Este estudo se ancora em fontes secundárias que solidificam os pilares da argumentação, a qual se desenvolve desde a lente decolonial que orienta sua base analítica, e evidencia a historicidade do Haiti como espaço de resistência revolucionária até a leitura crítica acerca da atuação da MINUSTAH. As fontes incorporadas estão aqui listadas por agrupamento temático. As referências secundárias utilizadas para o estabelecimento da base teórico-conceitual da pesquisa que delimitam as perspectivas decoloniais, colonialismo e a crítica ao eurocentrismo nas Relações Internacionais (RI) constituem: Sabaratnam (2023), que contribui para a definição das perspectivas decoloniais nas RI a partir da citação de Fanon (2008); Silva (2021), que traz o conceito de “linha de cor” global de Dubois, um elemento importante para argumentação deste estudo¹; e, Manzo (2019), que expõe a definição de neocolonialismo a partir de Young (2001) como a perpetuação da estrutura hegemônica econômica sobre Estados que sofrem com a dependência externa.

No que tange ao Haiti como campo revolucionário e espaço de dominação, fontes como Trouillot (1995), Oliveira (2015) e Mack (2025) são importantes para a contextualização histórica e análise decolonial. Trouillot (1995) apresenta-se como essencial para a discussão do silenciamento estratégico da Revolução Haitiana; já Oliveira (2015) fundamenta a primeira ocupação militar dos EUA e a dimensão hierárquica racial da invasão americana, em conjunto com Mack (2025) que desenvolve o conceito de rede carcerária transnacional relacionado ao anticomunismo punitivo e o capitalismo racial² ao regime duvalierista. Já Laguerre (1973) aborda o papel do vodu como força revolucionária e elemento de coesão para a libertação.

Por fim, a literatura secundária também analisa criticamente as resoluções acerca da perpetuação da dependência e controle do Haiti; dentre eles pode-se citar: Franck Seguy (2014, 2017), Fouchard Louis (2022), Dove Barbanel (2022), Mariana Corbellini (2009), Thomaz Napoleão e Mariana Kalil (2015) e Monica Hirst (2007). A análise dos autores alicerça a crítica decolonial da MINUSTAH e o entendimento da lógica racializada da missão, seu caráter exploratório e abusivo, o posicionamento brasileiro, a articulação da colonialidade do poder com a dissonância entre a narrativa à paz e a realidade local durante o período da MINUSTAH, os acontecimentos como a crise de cólera e o questionamento da tutela estrangeira.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro são apresentados os fundamentos da teoria decolonial, responsável por oferecer a lente analítica que guia toda a

¹ A autora também abrange o debate sobre hierarquia racial na elaboração do saber das Relações Internacionais, naturalização da violência colonizadora e a crítica a omissão seletiva das questões raciais nos documentos internacionais

² Exploração e dominação de um grupo minoritário por um grupo dominante fundamentada na subjugação econômica e cultural baseado na opressão racial (Mack, 2025).

pesquisa. O segundo capítulo aborda a trajetória histórica do Haiti como campo revolucionário e discute como essa história moldou sua posição no sistema internacional. Por fim, o terceiro capítulo analisa as resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), examinando como elas formalizam e legitimam práticas de intervenção que aprofundam a colonialidade no país. Após esses capítulos, são apresentadas as conclusões, nas quais se sintetizam os resultados da análise e suas implicações teóricas e políticas.

1 UMA RELEITURA DECOLONIAL DA ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Este primeiro capítulo introduz o alicerce teórico que orienta toda a pesquisa, apresentando as perspectivas decoloniais como lente crítica fundamental para compreender as dinâmicas globais de poder e suas reproduções no campo das Relações Internacionais. A partir das contribuições de autoras como Sabaratnam (2023), o capítulo questiona a pretensa neutralidade do conhecimento e evidencia a forma como o pensamento ocidental moderno consolidou hierarquias raciais, epistemológicas e ontológicas na produção do saber internacional.

Nesse sentido, o texto abrange a construção conceitual da decolonialidade, distinguindo-a do pós-colonialismo e explorando suas categorias centrais, como colonialidade do poder, modernidade e desvinculação, visando demonstrar como a lógica colonial permanece estruturando as práticas e instituições internacionais. Por fim, o capítulo conecta essa discussão teórica à análise crítica do Conselho de Segurança da ONU, destacando como sua atuação, ainda que ancorada em discursos universalistas e humanitários, reproduz a mesma racionalidade colonial que sustenta as desigualdades globais.

1.1 QUAIS OS FUNDAMENTOS DA PERSPECTIVA DECOLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

A perspectiva decolonial adotada neste estudo relaciona-se ao campo das Relações Internacionais, com o objetivo principal de jogar luz sobre a compreensão das dinâmicas de poder global a partir do colonizado e procura desafiar as teorias representativas países centrais (Sabaratnam, 2023). A decolonialidade, como definida por Sabaratnam (2023), constituiu-se como uma lente para pensar e analisar o mundo, incluindo questões epistemológicas e ontológicas que rejeitam a ideia da neutralidade do conhecimento e destacam a relevância da perspectiva dos sujeitos afetados pelo imperialismo e das hierarquias racializadas.

As perspectivas decoloniais dialogam com diversas fontes e campos como a história, economia política, antropologia, filosofia e premissas anticoloniais, que examinam a luta política decolonial em contato com o desenvolvimento de argumentos intelectuais (Sabaratnam, 2023). Nesse sentido, as perspectivas instrumentalizam a raça como categoria analítica para expor as hierarquias raciais e compreender as formas de poder e dominação.

Sabaratnam (2023) postula sobre a criticidade das teorias decoloniais e pós-coloniais, pois ambas desafiam a fundação do campo das Relações Internacionais ao questionarem as premissas que as teorias centrais foram construídas. Essas, desconsideraram marcas coloniais e imperialistas enraizadas na ordem internacional, e, viabilizam uma maneira própria de teorizar o mundo. A autora ressalta a importância das histórias, ideias e dos processos de descolonização, pressuposto essencial para as teorias, que se refere à prática de retirada colonial e imperial dos países colonizados. De acordo com Sabaratnam (2023), a história e a prática da descolonização serviram como impulso para os ideais pós-coloniais e decoloniais. De maneira que o entendimento da narrativa dos impérios ocidentais contribuiu para a formação da perspectiva crítica, visto que grande parte dos países ocidentais conquistou, controlou e dominou outros territórios e povos e, a resistência ao sistema de controle, ou luta-anticolonial, por parte dos colonizados, tornou-se fator basilar para as teorias. A revolução Haitiana é uma representação relevante na resistência anticolonial (Sabaratnam, 2023).

Dessa forma, é preciso expor as diferenças conceituais, geográficas e filosóficas entre as perspectivas. O pós-colonialismo tem referências associadas a regiões como Ásia e África e enfatiza as relações de poder analisadas por perspectivas subalternizadas; em contrapartida, a teoria decolonial encontra-se arraigada em pensadores da América Latina e destaca a relação entre humanos recuperando epistemologias e cosmologias indígenas, e foi explorada por autores como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter D. Mignolo (Sabaratnam, 2023).

Com isso posto, a perspectiva decolonial é estruturada em pressupostos epistemológicos, ontológicos e normativos. Em primeira análise, distintamente das teorias tradicionais, as premissas decoloniais constroem seu argumento baseado na crítica da reprodução ideias coloniais de hierarquia racial na elaboração do saber nas Relações Internacionais, (Silva, 2021). Essas teorias visualizam e conhecem o mundo de maneira fortemente associadas à influência de Kant e Hegel, filósofos ocidentais que induziram a epistemologia a uma estrutura de poder racializada e relacionada à supremacia branca europeia colonialista (Sabaratnam, 2023). Sendo assim, o decolonialismo retratado por Mignolo (2007) apresenta-se como um projeto de desvinculação, ao contestar os paradigmas estruturais epistemológicos distorcidos do conhecimento produzidos pelo poder colonial, sendo eles: a ideia de o conhecimento ser individualizado, ou seja, sem contexto histórico; e baseado em cadeias de pensamento universalistas. A crítica decolonial indica que esta forma de perceber o mundo nega a influência de raça, gênero e da geografia e resulta em ideais emancipatórios limitantes e ainda que se opõe ao controle das subjetividades através de dogmas cristãos.

Em congruência, no nível ontológico das relações internacionais, o decolonialismo enfatiza a crítica da prevalência de temas como conflito e cooperação entre grandes potências ocidentais que causou um vácuo na compreensão das histórias e experiências localizadas fora do ocidente (Sabaratnam, 2023). Essa proposição relaciona-se à ideia de modernidade e colonialidade, estruturados a partir de uma lógica colonial (Sabaratnam, 2023). Segundo Quijano (2000, *apud* Mignolo, 2007), a colonialidade do poder é dividida em dois expoentes: a) o analítico, que abrange o resgate de conhecimentos, identidades e subjetividades oprimidas sobre narrativa da modernidade através de uma noção excludente; b) o da desvinculação, explicado anteriormente.

A modernidade, segundo Enrique Dussel (*apud* Mignolo, 2007), é um fenômeno europeu que surgiu a partir da afirmação da Europa como o centro da história mundial. Segundo Mignolo (2007), os conceitos da racionalidade e da emancipação estão compostos na modernidade em conjunto com a legitimação da violência genocida – considera-se a emancipação como alterações no sistema que não contestam a lógica colonial –. Para Mignolo (2007), a modernidade europeia é limitada e perigosa visto que se mostra como unidimensional e segue acompanhada da colonialidade, de forma que a promessa de liberdade, razão e progresso modernos se cumprem pela exploração racial e a marginalização de conhecimentos não hegemônicos. Ademais, o argumento salvacionista é parte integral da retórica da modernização. No Haiti, a colonialidade é constitutiva da modernidade.

Segundo Mignolo (2007), o decolonialismo denuncia a pretensa universalidade europeia e investe na pluralidade, descentralizando conceitos e campos que totalizam a realidade. A ideia da modernidade ocidental, enfatiza o silenciamento das vozes, memórias e experiências periféricas e do ser racializado, que ao ter seu espaço de poder negado, endossam a manutenção das estruturas hegemônicas de conhecimento (Kilomba, 2019 *apud* Silva, 2021). Dessa forma, as perspectivas decoloniais, ao investigarem a reprodução do sistema de controle colonial baseado na hierarquia racial, permitem a compreensão plural em torno da complexidade da história haitiana (Silva, 2021), que será detalhadamente abordada adiante.

Com isso, a consolidação do pressuposto binarista moderno – que divide o mundo entre o Ocidente e o “oriente”, ou qualquer outro que não se encaixe na primeira categoria – se cristaliza na própria concepção das instituições multilaterais do século XX, dentre elas a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas. Isto é tão evidente que a ideia de tutela internacional previa o dever dos países colonizadores de gerenciar sociedades não europeias consideradas incapazes de se autogovernarem (Silva, 2021). Este mesmo mecanismo está

presente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Portanto, as resoluções aprovadas pelo órgão carregam a ideia de universalidade e totalização, ao passo que contribuem para a manutenção da ordem racial hierárquica sustentada por países centrais ao aprovarem missões de paz em países do Sul Global, fazendo uso da retórica salvacionista (Silva, 2021).

Logo, entende-se que a estrutura formativa do Direito Internacional Público é enviesada e corrobora com a naturalização da violência colonizadora e com o poder dominante. Nesse contexto, é válido o questionamento dos princípios de Vestfália (soberania, não intervenção e igualdade entre Estados) como norteadores do sistema internacional, posto que entram em dissonância com continuidade da história colonial entre os atores internacionais (Bhambra, 2018 *apud* Silva, 2021). Ademais, o entendimento normativo do mundo como desigual, racista e desumanizante se relaciona com os conceitos citados anteriormente e constituem a visão ética decolonial do mundo político, o qual é baseado na supremacia ocidental moderna e binária que eleva o ocidente e perpetua assimetrias de poder (Sabaratnam, 2023).

Em consonância, a lente decolonial demanda a delimitação de categorias para além da colonialidade do poder, tais como o conceito de modernidade e desvinculação, incorporando definições de “linha de cor” de Du Bois, colonialismo e neocolonialismo. A ideia de Du Bois (1999, p. 64. *apud* Silva, 2023) da "linha de cor", é fundamental para o entendimento da raça como um conceito sociológico que perpetua o poder nas mãos de brancos ocidentais, entendendo que a estrutura global de poder se manifesta através da ideologia, economia e política sendo considerada elemento da política internacional.

Em congruência, Fanon (2008 *apud* Sabaratnam, 2023) classifica o colonialismo como um sistema totalizante de violência que além de afetar níveis políticos, físicos e econômicos opera na destruição da humanidade dos colonizados, atuando na ruína de questões psicológicas, sociais e culturais mediante negação dos direitos humanos através do racismo e imperialismo cultural e linguístico. Dessa forma, o autor dita que há a necessidade de superar integralmente o colonialismo, ainda que por meios violentos, visando o igualitarismo e a fraternidade.

Contudo, segundo Young (2001, *apud* Manzo, 2019) o conceito de neocolonialismo implica na perpetuação da estrutura hegemonia econômica sobre o Estados colonizados que continuam a sofrer com a dependência externa em relação aos seus colonizadores, os quais mantêm uma atuação colonialista. Em congruência, o neocolonialismo surge como forma de manutenção do controle de países colonizados por colonizadores e se dá através de artifícios políticos, por meio de intervenções militares e/ou influência sobre organizações internacionais;

econômicos com a exploração de recursos; e culturais pela supressão dos saberes locais e naturalização de padrões ocidentais como universais.

Dessa forma, a perspectiva decolonial emerge como uma lente crítica no campo das Relações Internacionais, que apresenta instrumentos necessários para desconstruir narrativas hegemônicas ao questionar a neutralidade do conhecimento e desafiar através da epistemologia, ontologia e normatividade, premissas eurocêntricas que levam a manutenção de um sistema totalizante de dominação. Sendo assim, a abordagem busca a compreensão das relações de poder e dinâmicas globais desvinculadas da lógica colonial e a partir das experiências periféricas. É com esta lente que será analisada, a seguir, a atuação do CSNU como instrumento de poder perpetuador de diferenças, tal como indica a leitura decolonial das Relações Internacionais.

1.2 A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA: DA CARTA À PRÁTICA

A Organização das Nações Unidas, constituída a partir da Carta das Nações Unidas, tem o objetivo primordial de manter a paz e a segurança internacionais. A Carta, assinada em 26 de junho de 1945, prevê a proteção dos direitos fundamentais do homem, sua dignidade, a igualdade entre homens e mulheres e entre nações, estipulando respeito ao Direito Internacional visando a garantia do progresso social e melhora das condições de vida da humanidade como um todo. Para além, estima a prática da boa vizinhança e o uso da força armada somente para autodefesa e com anuência dos membros. Para a aplicação desses preceitos, a ONU é constituída por seis órgãos principais, sendo o Conselho de Segurança voltado às questões relativas à garantia da paz e administração de conflitos (Organização das Nações Unidas, 2022). Portanto, a partir da lente decolonial é possível analisar a lógica de poder ligada ao colonialismo na centralidade do CSNU em missões de paz e em sua prerrogativa o uso da força.

A ONU busca pelos pressupostos citados acima, por meio de medidas capazes de suprimir ameaças e rupturas da paz, a partir dos princípios da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; em conjunto com a promoção da cooperação internacional com base no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. No entanto, vale ressaltar que a Carta da ONU estabelece um caráter de “missão sagrada” aos seus membros para promover a paz e a segurança. Isso implicou, inclusive, na tutela de povos que eram considerados incapazes de se autogovernar, na própria estrutura do Conselho de Tutela – um dos seis órgãos principais da organização (Organização das Nações Unidas, 2022). Para as

perspectivas decoloniais, essa prerrogativa pode ser interpretada como uma narrativa de continuidade da lógica colonial moderna binária, onde o “não civilizado” e não branco europeu precisa ser resgatado por povo civilizados superiores.

Acerca da estrutura e o funcionamento, o Conselho é constituído por quinze membros da ONU, sendo cinco permanentes (Estado Unidos da América, Federação Russa, França, Reino Unido e República Popular da China) e dez rotativos. O documento também estipula atribuições específicas ao CSNU; entre elas destacam-se a busca pela solução pacífica de controvérsias e a exigência que as partes busquem meios para evitar ameaças à paz internacional. Para isso, é função do órgão investigar e recomendar procedimentos ou submeter à Corte Internacional de Justiça. O Conselho ainda detém a competência para classificar ações que possam configurar ameaças à paz e atos de violência e recomendará ou decidirá quais atitudes serão tomadas com vista a restauração da paz. A instituição ainda reconhece os organismos e acordos regionais para a manutenção da paz (Organização das Nações Unidas, 2022).

Nas questões relativas à paz e segurança, o CSNU apresenta como instrumentos: a) mecanismos de prevenção de conflitos, que buscam evitar a transição de disputas pré-existentes em conflitos, ou seu alastramento; b) *peacemaking*, que concentra esforços na mediação e negociação para reunião das partes de um conflito com vista na produção de acordos através de artifícios pacíficos; c) *peacekeeping*, que implica em missões de manutenção da paz em espaços fragilizados e em situações de conflito interrompido, focado na execução dos acordos; d) *peacebuilding*, consistem em atividades de longo prazo e pós-conflito para evitar o ressurgimento da violência por meio do desenvolvimento de instituições voltadas para a paz e aprimorar a capacidade estatal; e) *peace enforcement*, caracterizado por medidas coercitivas que podem incluir o uso da força militar sem que precise do consentimento das partes para seu funcionamento, para conter ameaças. Ademais, as expectativas sobre sua atuação se relacionam aos conceitos de “Responsabilidade de Proteger” (R2P, da sigla em inglês) e “Proteção de Civis em Conflitos Armados” (Observatório de Crises Internacionais, 2021).

Hindawi (2022) explicita que o R2P emergiu no cenário pós-Guerra Fria como uma resposta aos intensos debates sobre intervenção militar. A iniciativa, financiada pelo Canadá, resultou no relatório de 2001, que propôs uma nova abordagem sobre o uso da força com premissas humanitárias. O conceito visava uma resolução para a dicotomia acerca da retórica de intervenções militares para fins humanitários, majoritariamente ocidentais, e a preocupação do Sul Global com sua instrumentalização. Hindawi (2022) sustenta que na Cúpula Mundial de

2005 foi aprovada por unanimidade o preceito de que a proteção de populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, é de responsabilidade estatal primária. Contudo, se for considerado necessário, a comunidade internacional é autorizada a intervir através de meios diplomáticos, humanitários e pacíficos. O emprego da coerção e a ações militares só ocorre em consonância com a decisão do CSNU em situações em que meios pacíficos se mostram inadequados e há falha das autoridades estatais domésticas em proteger as populações (Hindawi, 2022).

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, em 2009, apontou os três pilares que sustentam o R2P: 1) as responsabilidades de proteção do Estado, discutindo formas para a prevenção de crimes constatados no R2P; 2) a assistência internacional, em que os Estados são encorajados a desenvolver a partir de programas de treinamento e implementação de forças de paz com base no consentimento, diálogo, educação e capacidades que reduzirão as probabilidades da ocorrência de crimes ligados ao R2P; e 3) a resposta oportuna e decisiva, na qual o CSNU autoriza o uso da força militar em resposta às atrocidades em massa. Este pilar é considerado a dimensão mais contestada da doutrina. É importante destacar que o R2P é considerado por muitos Estados como uma ferramenta de apelo político para que haja o cumprimento das obrigações legais constatadas na Carta da ONU (Hindawi, 2022)

Ademais, Hindawi (2022) entende como necessária a distinção entre R2P e intervenção humanitária, devido ao R2P ter sido concebido para se dissociar de controvérsias anteriores e enfatizar a soberania do Estado e a ação coletiva aprovada pelo Conselho. Nesse sentido, a autora apresenta que críticos e escritores decoloniais consideram o R2P como produto ocidental liberal que se baseia na narrativa de que os Estados do Sul global são disfuncionais, o que justifica um discurso intervencionista com viés imperialista. Portanto, a crítica central do decolonialismo aborda a conexão entre o histórico intervencionista e a persistência de heranças coloniais com o R2P. No entanto, a autora argumenta que acadêmicos críticos, ao compararem R2P com intervenções humanitárias externas se concentram na proposta inicial da Comissão Internacional sobre a intervenção e a soberania do estado (ICISS, sigla em inglês) de 2001, ignoram as contribuições não ocidentais para o conceito e reforçam o eurocentrismo ao negligenciar a participação do Sul Global na formação e evolução do R2P.

Todavia, concordando com a literatura decolonial estudada anteriormente, é importante notar que mesmo com a atuação de países do Sul Global na discussão do conceito, é possível sim afirmar que ele carrega um intervencionismo que não dialoga com a luta contra os resquícios do colonialismo. Não é porque um Estado como o Brasil ou outro do Sul Global

tenha endossado o R2P, que o conceito se torna isento dos problemas apontados. As missões continuam acontecendo apenas nos países do Sul Global, e a concepção dos limites e das possibilidades delas são sempre turvas, especialmente para as populações afetadas pelas crises, que muitas vezes não veem suas questões cotidianas serem resolvidas, ou até mesmo são agravadas. As críticas à atuação do CSNU nos anos 1990 levaram, como visto acima, ao estabelecimento do R2P. A seguir serão estudados casos de atuação do Conselho em tempos distintos a fim de comparação

1.2.1 Uma leitura crítica da atuação do CSNU

O caso da Somália, El Salvador, Namíbia e Ruanda mostram os dilemas – e limites – da atuação internacional e são ilustrativos dos problemas que serão identificados, posteriormente, no caso do Haiti. Nesse quadro, torna-se imprescindível a compreensão do cenário de transição entre a Guerra Fria e os anos 1990 que implicou em uma conjuntura favorável à predisposição dos países centrais em atuar a favor da paz e segurança internacional em países do Sul Global.

Sob essa ótica, a atuação da Missão de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG) na Namíbia é um produto desse panorama e é reconhecida como uma das operações de paz mais bem-sucedidas da ONU; contudo, faz-se necessário o entendimento do contexto histórico do país. A Namíbia foi colonizada pela Alemanha e após a Primeira Guerra Mundial passou para o controle da África do Sul, que impôs o sistema de apartheid. A ONU, por meio da Assembleia Geral, declarou a ocupação sul-africana ilegal em 1966 e reconheceu a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) como a legítima representante do povo namibiano. A Resolução n.º 435 do CSNU, de 1978, estabeleceu o princípio de um processo de independência assistido pela ONU, mas, sua implementação foi adiada durante anos devido a disputas e à política de *linkage* dos EUA, que condicionava a independência à retirada de tropas cubanas de Angola. Assim, a UNTAG (1989-1990) foi implantada com o fito de supervisionar essa transição para a independência (Howard, 2002).

Porém, a missão passou por desafios como o desinteresse dos países centrais membros da ONU e a falta de investimentos. Apesar dos cortes orçamentários e da negligência do CSNU, a UNTAG conseguiu prosseguir e demonstrou adaptabilidade que se tornou um fator crítico para seu sucesso. A UNTAG interagiu diretamente com a população da Namíbia e construiu uma autoridade moral baseada na aceitação e legitimidade local. A operação também introduziu

novos mecanismos, entre eles, um programa de informação e a polícia civil da ONU (CIVPOL), que foram cruciais para desarmar as tensões e lidar com crises. Dessa forma, entende-se que o sucesso da operação se conecta com vários aspectos, dentre eles: o fato que a Organização da Unidade Africana (OUA) considerou a Resolução n.º 435 fundamental para o distanciamento de princípios neocoloniais ao garantir que a independência do país não fosse moldada pelos interesses das potências ocidentais (Howard, 2002).

Nesse sentido, a configuração Pós-Guerra Fria acarretou ainda o estabelecimento da Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL). Dos quatro casos aqui avaliados, as leituras sobre El Salvador, usualmente, indicam o sucesso da missão. A guerra civil no país tem raízes nas desigualdades socioeconômicas com uma elite proprietária de terras que controlava a riqueza do país e acarretou o deslocamento de agricultores de subsistência e pobreza generalizada. A resistência da elite em contribuir com a economia local e as reformas agrárias fracassadas levaram à escalada da violência. Em conjunto, o assassinato do arcebispo Oscar Romero em 1980, um defensor do movimento camponês, fez com que a oposição se unisse e em outubro do mesmo ano houve a união de grupos comunistas e a formação da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), inflamando o conflito ao status de guerra civil. A questão militar, evidenciada em 1989, e a pressão internacional após o assassinato de jesuítas, forçaram as partes a buscarem uma negociação conjunta. Nesse momento, o Secretário-Geral da ONU, e seu representante pessoal, se tornaram figuras centrais ao impulsionar as negociações. Esse envolvimento resultou nos Acordos de Genebra e, posteriormente, no estabelecimento da ONUSAL (Stein, 2012).

Em 1990, em uma reunião na Costa Rica, a FMLN e o governo solicitaram o estabelecimento da ONUSAL que tinha como questão central o respeito pelos direitos humanos. Dessa forma, como acordado em Caracas, a ONU seria parte neutra que se encarregaria de garantir o processo de paz e, durante o período atuou redigindo propostas de reformas das forças armadas e facilitando as negociações. Dessa forma, mediadas pelo Secretária-Geral Pérez de Cuéllar, as negociações em Nova York levaram a conclusões importantes para as partes e, em 1992, os Acordos de Chapultepec representam avanços significativos para a construção da paz, como um plano de desmobilização da FMLN, a legalização de partidos opositores, eleições livres e justas, reforma agrária, investigação de abusos de direitos humanos e subordinação das forças armadas aos civis (Stein, 2012). Segundo o autor, o envolvimento da ONU evoluiu de observadora e mediadora para atuante ativa, de forma que, propunha soluções e participava da redação dos acordos.

A ONUSAL atuou em quatro áreas chaves para apoiar a transição para a paz. A Divisão Militar, que foi responsável por desmobilizar e desarmar os combatentes da FMLN, reformar as Forças Armadas e remover minas. A missão foi significativa para a investigação de oficiais militares e dos acusados de violações de direitos humanos; Divisão de Polícia supervisionou a criação da Polícia Nacional Civil (PNC), uma nova força de segurança interna para substituir as forças armadas que haviam sido acusadas de abusos durante a guerra; Divisão Eleitoral, adicionada em 1993, garantiu eleições livres e justas em 1994 e forneceu apoio logístico; e a Divisão de Direitos Humanos que teve os papéis de investigação de abusos e ajuda no estabelecimento do Escritório do Procurador para a Defesa dos Direitos Humanos. A ONUSAL também contribuiu para o estabelecimento da Comissão da Verdade para El Salvador, que visava investigar os atos de violência de grande impacto para a sociedade a partir do início da guerra (Stein, 2012).

Do ponto de vista decolonial, a ONUSAL é vista como um sucesso na descolonização política e institucional de El Salvador. A reforma das forças armadas e a criação da PNC representaram uma desmilitarização do poder político. A transição da FMLN de grupo guerrilheiro para partido político democrático foi um símbolo da abertura política e da reafirmação da soberania interna. Além disso, ao garantir eleições livres e justas em 1994 e a estabilidade democrática, a missão demonstrou um afastamento das lógicas de controle político associado ao legado colonial, e Comissão da Verdade, com o apoio da ONUSAL, contribuiu para a nomeação dos responsáveis por abusos, quebrando uma estrutura de poder que protegia as elites.

Em outros contextos, o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 alterou as dinâmicas de poder global, gerando uma percepção entre os países centrais que poderiam exercer domínio hegemônico mundial, especialmente entre os políticos de Washington. Essa crença contribuiu para uma postura ambiciosa e desarticulada, que comprometeu a eficácia e a coordenação nas missões de paz. O caso da Somália, é um exemplo claro dessa mudança de paradigmas. O país vivenciou um período histórico conturbado, marcado pela descentralização política entre clãs e domínio colonial. A conquista da independência em 1960 não estabeleceu vínculos efetivos entre Estado e sociedade e a tentativa de unificação gerou mais separações e instabilidade aos grupos que habitam a região (Quiassa, 2025).

A instauração de um golpe, em 1969, liderado por General Mohamed Siad Barre, derrubou o governo da época e instaurou um regime autoritário, exacerbando as rivalidades

entre clãs e favorecendo seu próprio, o clã Marehan. Em 1977, o regime de Barre, apoiado pela União Soviética, invadiu o deserto de Ogaden visando anexar seu território, habitado por somalis. A guerra eclodiu na Etiópia após sua mudança de alinhamento dos Estados Unidos para a URSS que alterou o equilíbrio de poder na região. A derrota na Guerra de Ogaden (1977-1978) se deu após Barre perder apoio da União Soviética, que, em sua nova aproximação com a Etiópia, tentou persuadi-lo a cessar as operações. Assim, como Barre ignorou a orientação, forças cubanas, com apoio soviético, libertaram Ogaden para a Etiópia (Quiassa, 2025)

As secas e a fome derrubaram a legitimidade do regime de Barre e sua queda em 1991 gerou um grande vácuo de poder e levou a Somália a uma guerra civil. A ausência de uma autoridade central ocasionou disputas por legitimidade, resultando na intensificação dos conflitos internos e que, em conjunto com uma intensa seca, culminou em crise humanitária. A partir disso e da escalada de violência, a Somália foi classificada como um Estado Falido, despertando o interesse da ONU, em 1992. A Resolução n.º 733 deu início à atuação do CSNU incluindo embargo de armas e pedido de cessar-fogo e a Resolução n.º 746 sustentou a ajuda humanitária. Contudo, o desrespeito ao cessar-fogo levou o Conselho a aprovar a Resolução n.º 751, que formalizou a Operação das Nações Unidas da Somália (UNOSOM I), que pretendia monitorar o cessar-fogo e facilitar a distribuição de alimentos, conciliando esforço pela paz e fins humanitários (Quiassa, 2025).

Porém, a resistência e os ataques impostos por clãs locais na distribuição da ajuda humanitária deterioraram a situação e chocou a opinião pública internacional. Desse modo, os EUA se ofereceram para liderar uma força, que foi autorizada pelo CSNU ao reconhecer os fracassos anteriores. Com a aprovação da Resolução n.º 794, a *United Task Force* (UNITAF) possuía a missão de restaurar a paz no país. De fato, a UNITAF contribuiu significativamente para a diminuição da fome e o número de mortos nos conflitos. Devido ao sucesso da UNITAF, a ONU estabeleceu a UNOSOM II em 1993³ (Quiassa, 2025).

O ápice da escalada de violência ocorreu com o assassinato de vinte e cinco capacetes azuis em 1993, levando a ONU a autorizar uma ampla gama de medidas severas, transformando a operação em uma força de guerra. Os assassinatos foram vinculados ao General Aidid, que ocasionou o estabelecimento de uma missão estadunidense subsequente, que atuou de maneira autônoma, e resultou em fortes confrontos com inúmeras mortes. A divulgação da intensidade

³ A nova missão abrangia a reconstrução das instituições estatais e buscava promover o desenvolvimento seguro, a formação de uma força policial, a reabilitação de infraestruturas e a tentativa de implementar um modelo de resolução de conflitos europeu, que ignorou os aspectos específicos da região e a vozes somalis. Todavia, esta missão também não teve sucesso (Quiassa, 2025).

do conflito aumentou a pressão sobre o governo dos EUA e ocasionou a retirada das tropas americanas em 1994, de forma apressada e sem resolver o problema da guerra civil, que apenas piorou (Quiassa, 2025).

Entende-se que a intervenção externa na Somália se deu através de dois princípios: o da Solução Pacífica de Controvérsias, por meio da UNOSOM I, que apresentava cunho humanitário e visava a mediação, negociação e conciliação através do monitoramento e auxílio mantendo o uso da força restrito à legítima defesa; e a Ação Relativa a Ameaças à Paz, Rupturas da Paz e Atos de Agressão, de forma que a ONU adotou medidas coercitivas justificadas pela ameaça da paz e da segurança internacionais. No entanto, a UNOSOM II expôs o viés colonial e a instrumentalização da força, ao usar bases ocidentais na reconstrução das instituições estatais e o uso desmedido da força. A unilateralidade da atuação dos EUA evidenciou a retórica salvacionista moderna e promoveu as dinâmicas de poder intervencionistas. Portanto, a crítica decolonial se concentra na manutenção da lógica de poder ocidental através dos mecanismos do CSNU estabelecidos na Carta da ONU.

O fracasso na Somália, reconfigurou a percepção sobre os riscos das missões de paz e gerou uma paralisia e aversão às intervenções. A falha da comunidade internacional em intervir para prevenir o Genocídio de Ruanda em 1994, com a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), é um reflexo dessa reestruturação e do insucesso do CSNU. A UNAMIR foi estabelecida para auxiliar na implementação dos Acordos de Arusha, que visavam à transição política e à paz, mas com a violência em larga escala, a missão apresentou um mandato fraco com recursos limitados e sem o apoio político suficiente (Nduwayezu, 2016).

As causas do fracasso da UNAMIR, segundo Nduwayezu (2016), são identificadas como uma ausência de disposição política para a intervenção por parte dos países centrais, financiamento precário e problemas no planejamento da missão. A indisposição da ONU para intervir se manifestou na relutância dos Estados Membros dominantes em autorizar uma intervenção robusta quando se evidenciou a escalada da violência. O autor expõe que a ONU devido a oposição de países como França, EUA e Reino Unido, negligenciou a tomada de ações imediatas. Essas potências, membros permanentes do Conselho de Segurança com poder de veto, paralisaram a capacidade de resposta da ONU (Nduwayezu, 2016).

A análise do fracasso do CSNU em Ruanda, através de uma lente decolonial, revela a persistência de hierarquias de poder herdadas do colonialismo. O decolonialismo argumenta que, mesmo após a independência formal, as instituições globais continuam a operar sob uma lógica que favorece o Norte Global em detrimento do Sul Global. A omissão das potências

ocidentais no CSNU pode ser interpretada como uma manifestação das dinâmicas de poder. Dessa forma, a seletividade na intervenção é uma crítica decolonial às instituições globais. Entende-se que o direcionamento de recursos para a UNAMIR, ou a falta dele, contrasta com a mobilização de recursos para outras crises ou intervenções consideradas de maior interesse estratégico para as potências dominantes. Assim, a agenda de segurança internacional é frequentemente moldada pelos interesses e percepção de ameaças do Norte Global (Nduwayezu, 2016).

Diante do exposto, Césaire (2020) compreende a colonização como um processo de “coisificação”, o que invalida a condição de humano dos colonos racializados e perpetua uma lógica de superioridade estrutural branca. Nesse sentido, as reproduções sistêmicas de pressupostos eurocêntricos reafirmam a continuidade de uma linha de pensamento racializada e dicotômica, no qual a raça opera como critério de desumanização das populações negras e, segundo essa lógica, seria um sujeito a ser salvo. Desta forma, justifica-se a violência, o genocídio e a exploração. A partir dessa perspectiva, Silva (2021) reforça o pressuposto das intervenções como uma violência epistêmica e de desautorização discursiva à medida que há o silenciamento das memórias e experiências locais em substituição pelo universalismo europeu. Em paralelo, evidencia-se uma contradição na aplicação da Carta da ONU, sobretudo no que se refere às missões de paz do CSNU. Enquanto o documento enfatiza os princípios de soberania e autodeterminação dos povos, a própria retórica da Carta atribui às nações centrais a função de salvar aqueles países considerados necessitados de tutela.

Portanto, os casos expostos evidenciam a manutenção de uma lógica colonial sustentada em uma hierarquia globalmente racista. Segundo Silva (2021), os padrões de dominação – aqui entende-se padrão de dominação como a continuidade da hierarquização dicotômica racial moderna através de mecanismos internacionais – determinados pelos centros de poder internacional desrespeitam o fundamento da soberania dos países e impactam as dinâmicas de estabelecimento da paz e da segurança internacionais.

Como visto anteriormente, as falhas nas missões de paz demonstram como as instituições internacionais, em específico o CSNU, desconsideram as vozes locais e atravessam as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que procuram implantar valores eurocêntricos em busca dos próprios interesses. Essa ideia é reforçada por Ramos (1995, *apud* Silva, 2021) ao analisar que a Europa faz uso de um aparato discursivo estruturado a partir da racionalização, das representações estereotipadas e em mecanismos de condicionamento subjetivo para consolidar a exploração sobre os povos colonizados. Nesse sentido, o exame das missões de

paz mencionadas evidencia a atuação do CSNU como ator organizador e normativo, cuja legitimidade decorre de um lugar de poder e privilégio sustentado pelo funcionamento de um sistema internacional estruturado em bases hierárquicas e racializadas

Contudo, em uma perspectiva mais abrangente, o eurocentrismo é constituinte das Relações Internacionais. Por conseguinte, a maioria das narrativas históricas não europeias estão sujeitas ao interesse estratégico dos países centrais que moldam, de acordo com suas prioridades, quais Estados estão sujeitos a intervenção. Logo, entende-se que o centro desenvolve uma narrativa de falência estatal que legitima a necessidade de uma intervenção externa. O chamado à intervenção, em certas ocasiões, decorre do fato que as nações hegemônicas colonizaram essas regiões, criando as condições que acarretam as vulnerabilidades. No contexto pós-independência desses países, os atores ocidentais eurocêntricos encontraram nas intervenções internacionais um mecanismo para preservação de seus interesses. Dessa forma, percebe-se que intervenções funcionaram como um fator para a perpetuação da lógica eurocêntrica na sociedade internacional (Çapan, 2017).

Assim, a continuidade do eurocentrismo se dá a partir da rearticulação das narrativas em virtude da matriz colonial de poder. Essa rearticulação ocorre por meio de livros, desempenho acadêmico e padrões culturais. Pode-se entender que o conhecimento expresso nos livros é representado pelas resoluções e discursos do CSNU que constituem uma narrativa oficial de paz, segurança e legitimidade. Entretanto, essa linguagem, escrita majoritariamente por potências ocidentais e apresentada como universal e neutra, carrega uma visão totalizante de mundo. Deste modo, as missões de paz, ao tentar impor modelos europeus, podem ser consideradas como uma manifestação da matriz colonial de poder (Çapan, 2017)

Os casos expõem, então, desde uma perspectiva decolonial, que: a) existem estruturas internacionais dominadas por grandes potências que podem, a depender da conveniência, proteger ou não as populações em situações de crise civil; b) o CSNU é uma dessas estruturas, que é altamente hierarquizada e enrijecida no poder de veto; c) desta feita, não importa tanto as condições humanas em um país, mas sua posição geoestratégica no jogo de interesses; d) assim, as vozes dos que sofrem perseguições, conflitos ou outra sorte de situações não dignas do ser humano estão hierarquizadas. Perceba-se que as intervenções são sempre em países africanos ou latino-americanos, o que por si só já demonstra traços de um prolongado colonialismo. Ademais, uma das categorias de hierarquia mais constante nas relações internacionais têm sido a racial, que se expressará, conforme será visto no próximo capítulo, no caso do Haiti.

2 O HAITI NO SISTEMA INTERNACIONAL

Uma vez que este estudo se orienta pela lente decolonial, torna-se imprescindível entender que a verdadeira descolonização ocorre a partir da compreensão do Sul Global mediante fontes que analisam o Haiti desvinculadas da narrativa do *mainstream*. Este processo ocorre quando se escutam os gritos daqueles que foram oprimidos desde as suas raízes e entende-se a complexidade da história do Sul Global como marcada pelo legado colonial. A história haitiana é constituída por diversas narrativas, moldadas de acordo com o ponto de vista, entre as quais se encontra a do ser revolucionário. Dessa forma, faz-se necessário a compreensão dos processos históricos e estruturais que conduziram o Haiti à condição de campo revolucionário, o que será feito na primeira seção deste capítulo. Observa-se o Haiti como um campo revolucionário a partir de sua resistência histórica e contínua desde 1804 que desafia as hierarquias raciais e econômicas impostas pela modernidade colonial. No período que se deu a Guerra Fria e nas décadas subsequentes, a nação foi alvo de disputas políticas que reafirmaram sua condição periférica sob tutela internacional, ao mesmo tempo em que expressava pela própria sobrevivência, um movimento contínuo de resistência frente à colonialidade do poder (Corbellini, 2009; Andrade, 2016).

Segundo Andrade (2016), o processo de militarização e dominação estrangeira iniciado com a ocupação norte-americana de 1915 a 1934 estruturou um modelo de dependência e repressão interna que perdurou ao longo do século XX. Corbellini (2009), amplia essa compreensão e evidencia como o discurso da segurança coletiva e da manutenção da paz foi instrumentalizado como justificativa para a continuidade da presença estrangeira. Após o golpe militar de 1991 que depôs Jean-Bertrand Aristide, quatro missões da ONU foram implementadas a UNMIH (1993–1996), UNSMIH (1996–1997), UNTMIH (1997) e MIPONUH (1997–2000). As missões nasceram com o propósito de restaurar a ordem institucional e reestruturar a polícia e as instituições civis haitianas. Entretanto, a autora destaca que a falência de todas as operações dita a reprodução de suas limitações estruturais. Essas missões enfrentaram barreiras históricas, como: a desestruturação institucional, fragilidade econômica e crise política. Esses elementos foram reforçados pela própria presença internacional e pela lógica de dependência que perpetuava a tutela sobre o Haiti (Corbellini, 2009).

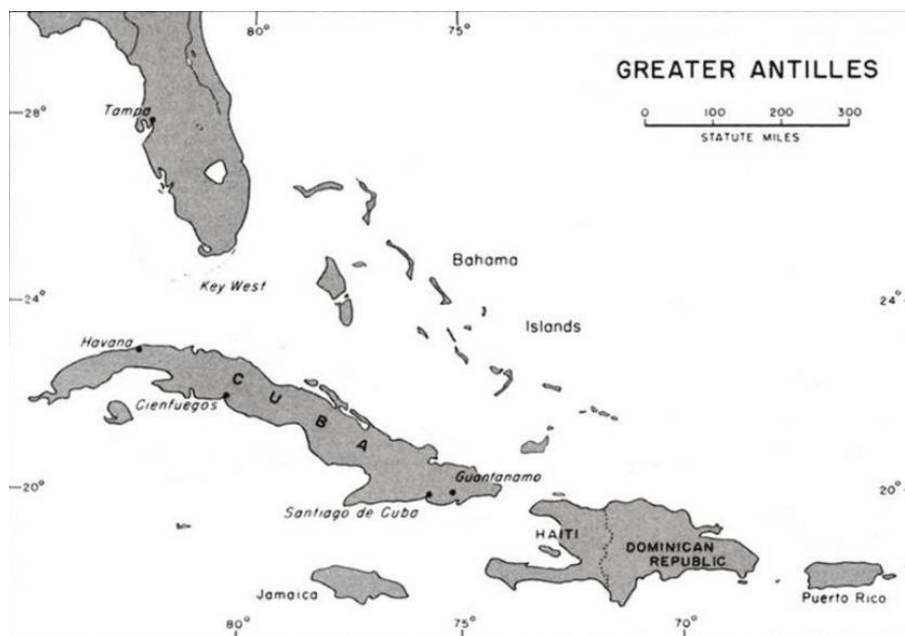
2.1 O HAITI COMO CAMPO REVOLUCIONÁRIO

Em primeira análise, é necessário compreender que o contexto contemporâneo do Haiti é marcado por reflexos de uma independência que desafiou o sistema colonial, o isolamento internacional, diversos golpes de Estado e crises internas (Lima, 2020). A necessidade intrínseca de ser um país revolucionário advém da busca por libertação das amarras coloniais, que têm raízes desde colonização espanhola e exploração do ouro, e o controle francês a partir de 1697 (BBC, 2024). Segundo Trouillot (1995), a colônia da Saint-Doming, como era chamada antes de sua independência, era considerada a mais valiosa do mundo ocidental e de demasiada importância para a França. Um ponto relevante a se destacar é que organização econômica, social e cultural era interinamente baseada na escravidão e no comércio de açúcar, de modo que, na visão dos colonizadores, as ilhas que compunham as colônias eram consideradas como sociedades escravistas, ou seja, sustentadas pela escravidão.

Em conformidade com a teoria decolonial, a colonização do Haiti foi fundamentada por uma visão de mundo ontológica racializada, logo hierarquizada, que consolidava a supremacia europeia e rebaixava a posição dos escravizados até a base da pirâmide social. Este fato, pode ser analisado através do conceito da modernidade dicotômica europeia de Mignolo (2007), que separa o ocidental europeu do não ocidental. Essa ideia advinda do período colonial, é a base para a retórica de que o Sul Global depende do Norte para se desenvolver, já que, como não ocidentais e bárbaros, não tem a capacidade de autogovernar (Trouillot, 1995).

Nesse sentido, a prática da escravidão era vista como uma confirmação dessa inferioridade e solidificou a posição dos negros perante o mundo moderno, como parte das camadas mais inferiores da estrutura social e da ordem humana. Consonante a esse pensamento, para os colonizadores, os escravos seriam incapazes de conceber a liberdade ou formular estratégias para consegui-la, entende-se assim, que o ato da revolução haitiana era algo impensável. A França tinha como um dos pilares da justificativa colonial o entendimento que a revolta negra era impossível devido à crença na passividade, obediência e que não havia ações articuladas conjuntas entre os negros colonizados do Haiti. A ideia que os escravos eram naturalmente submissos consolidou e naturalizou a violência colonial e serviu como pilar para justificar a colonização (Trouillot, 1995).

FIGURA 1 – Mapa do Haiti e região no contexto colonial



Fonte: Associação Nacional de Pesquisadores de História das Américas (S.d)

Neste contexto, é importante destacar o papel do vodú⁴ para o Haiti. O vodú é de demasiada relevância para o povo haitiano e se apresenta como uma força revolucionária. Entretanto, é preciso apresentar o contexto que o vodú foi inserido e a sua atuação na cultura haitiana. Segundo Laguerre (1973), a colonização francesa era justificada através da cristianização dos escravos e a narrativa central dos colonizadores girava na promoção do batismo entre os escravizados como condição básica para saírem da selvageria. Essa retórica reforça o caráter binário excludente enraizado na colonização que classificava os europeus como uma raça superior e os negros como selvagens e bárbaros.

Ademais, o batismo forçado entre os escravizados endossava o pressuposto de “coisificação”, exposto por Césaire (2020), de maneira que os colonizados eram considerados como ferramentas de trabalho e tinham suas crenças desconsideradas. Para além, a lógica colonial dicotômica criava estratificação social, de forma que o regime de coerção e violência imposto aos escravizados promovia a desqualificação ontológica de seus seres e, esse processo acarretou a incorporação da classificação de bárbaros como elemento de sua própria identidade.

⁴ O Vodú, ou *Vodou*, é uma religião de resistência e um elemento cultural e identitário basilar do povo haitiano. Origina-se no politeísmo Fon da cultura do Benin e de outras etnias africanas, como Bantu e Nago, trazidas para as Américas pelo comércio escravo. É marcado pelo sincretismo religioso, que integra elementos africanos com a cultura dos santos da religião Católica. Os praticantes acreditam em um ser supremo, Bondye, que não interfere diretamente nos assuntos humanos, mas delega seus poderes aos espíritos intermediários, os loas (lwa), que exigem que os seguidores os sirvam por meio de rituais, danças e oferendas específicas (Copeau, 2008; Seguy, 2014).

Essa opressão colonial fazia com que houvesse diferenciações pejorativas entre os negros escravos batizados e os africanos não batizados (Laguerre, 1973).

Nesse contexto, a prática aberta do vodu era proibida pelos donos de escravos, o que contribuiu para que a crença fosse um culto secreto durante o período colonial. Os rituais ocorriam disfarçadamente através de danças durante as noites de recreação aos sábados, que eram permitidas pelos senhores escravistas. Contudo, a desconfiança colonial sobre caráter sagrado das danças, acarretou a proibição dos períodos de recreação, pois, para os colonizadores, haveria a possibilidade da organização conjunta de revoltas. Entretanto, apesar da repressão, a religião ganhou sua forma definitiva e sua força revolucionária, principalmente entre os *maroons*, escravos fugitivos, e com a manutenção do contato secreto entre os escravos e os deuses africanos (Laguerre, 1973).

O caráter revolucionário do vodu tem raízes no surgimento de líderes, que se apresentavam com a missão divina de salvar a raça e atuavam com a missão de libertar africanos da dominação. A prática aberta do vodu nos acampamentos *maroons* despertou nos escravos a noção da sua própria condição de escravidão. Assim, a dimensão política e messiânica tornou o vodu o elemento central da união para as lutas pela libertação e fonte para a expressão da consciência de liberdade. Em consonância, em *Bois-Caiman*, em 1791, se deu uma cerimônia sob a liderança de Boukman, onde os escravos determinaram o extermínio dos brancos. Esse evento estabeleceu um marco para a abertura do vodu não mais como um culto sigiloso, mas sim como um elemento de coesão entre os escravos, que amedrontava os colonos devido ao seu potencial revolucionário (Laguerre, 1973).

Assim, pode-se visualizar o vodu como um elemento essencial para a unificação dos escravizados e o levante que ocasionou à independência do Haiti (Laguerre, 1973). O processo da revolução haitiana, que resultou em sua independência, foi longo e complexo. Durou de 1791 a 1804. A independência teve origem na intersecção da influência de ideais libertários da Revolução Francesa, que atuou como catalisador ideológico e político externo, e o vodu, como força organizadora interna. Embora a Revolução Francesa carregue consigo ideais liberais sobre o ser humano, o processo francês permaneceu fortemente marcado por caráter eurocêntrico e masculino. Logo, a revolução haitiana superou as suposições ontológicas e políticas do iluminismo e desafiou a estrutura europeia e ao expor a hipocrisia de uma nação que defendia ideias libertários, mas mantinha a escravidão (Trouillot, 1995).

De acordo com Trouillot (1995), a revolução haitiana se definiu política e filosoficamente enquanto acontecia e através dos próprios atos. O processo revolucionário se

deu a partir da insurreição maciça de escravizados na parte Norte de Saint-Doming e as exigências iniciais dos líderes da rebelião incluíam: três dias por semana para trabalhar em seus próprios jardins e a eliminação do chicote. O autor expõe a crítica de que estas reivindicações contra a brutalidade do escravismo e de impulso interno são ignoradas pela maioria dos historiadores e reproduz um silenciamento estratégico das vozes periféricas que perpetuam premissas neocoloniais.

Ademais, outro fator que tornou o Haiti revolucionário foi a violência estrutural. Como citado anteriormente, Fanon (2008 *apud* Sabaratnam, 2023) cita o colonialismo como um sistema totalizante de violência que destrói a humanidade dos colonizados e compromete suas dimensões psicológicas, sociais e culturais por meio do racismo e imperialismo cultural e linguístico. Para o autor, há a necessidade de superar integralmente o colonialismo, ainda que por meios violentos, visando o igualitarismo e a fraternidade. Assim, os fatores citados anteriormente contribuem para a compreensão do porquê haver a necessidade de revolução. O povo haitiano clamava por sobrevivência e liberdade e o único meio pelo qual isso era possível, era a revolução.

No caso haitiano, o status revolucionário atribuído à nação é deslocado de uma concepção positiva e progressista e, sobretudo, remete à luta do povo que busca a sobrevivência. Para os haitianos, a revolução não é uma opção, mas sim a única via possível para a garantia da sobrevivência do seu povo e da sua cultura. Portanto, é relevante salientar que o caráter revolucionário do Haiti não se deu somente com a revolução e independência, mas se consolidou, por necessidade, como dimensão intrínseca de sua sociedade e, é um ato anticolonial, pois evidencia a resistência dos haitianos em razão à posição historicamente imposta de país colonizado e dependente de intervenções externas.

Em conformidade com exposto acima, o Haiti revolucionário e independente assombrou as elites político-econômicas escravagistas ao longo do século XIX. A proclamação como primeira república negra nas Américas fez com que o Haiti fosse percebido como um inimigo pelas potências escravistas em virtude de sua capacidade de inspirar outras colônias por meio de ideais libertários. De acordo com Lynch (2004), na América Espanhola, o paradigma haitiano instaurou uma onda de horror e apreensão entre as elites brancas, que temiam perder o direito à propriedade e sentiam-se ameaçadas de extermínio. Ademais, o Haiti sofreu represálias das potências europeias, desde o não reconhecimento diplomático à dívida imposta pela França de 150 milhões de francos referentes a uma indenização compensatória (BBC, 2024). Esses empecilhos pós-independência resultaram em uma grande instabilidade interna, tanto

econômica, em que a renda do Estado dependia principalmente de sua alfândega e a porção majoritária dessa receita era direcionada ao pagamento de dívidas externas, como política e social (Andrade, 2016).

O Haiti permaneceu no imaginário das elites americanas, durante todo o século XIX, como símbolo de revolução e igualdade, e representava uma ameaça direta aos interesses das elites *criollas*, comprometidas com a preservação da supremacia branca. O Haiti havia se convertido em um espaço de violência e anarquia racial. Sob essa ótica, pode-se compreender que a independência espanhola se configurou como uma medida de autodefesa das elites *criollas* contra o avanço das castas mais baixas e contra o risco de subversão da ordem social, buscando assegurar seus privilégios e ocupar o vazio político então existente (Lynch, 2004). Em países como Brasil e EUA, onde vigorava a escravidão até a Guerra Civil, temia-se sempre o risco de contágio.

Em continuidade a isso, na primeira metade do século XX, os EUA ocuparam o Haiti. Para compreender a invasão estadunidense em 1915, faz-se necessário identificar o contexto da política externa americana e o cenário haitiano à época. Em 1823, os EUA tinham uma política para as Américas respaldada pela Doutrina Monroe, que estabelecia a intolerância em relação a intervenções europeias no Hemisfério Ocidental. Em consonância, a introdução do Corolário Roosevelt em 1904, pelo presidente Theodore Roosevelt, afirmava que a nação teria o direito de intervir em países que julgasse necessário ou identificasse como uma ameaça. Essa política atuou na garantia da legitimidade dos EUA para agir como força policial no Caribe a partir do século XX (Best, Hanhimäki, Maiolo, Schulze, 2015).

Nesse contexto, o objetivo dos EUA em intervir no território haitiano se relacionava ao seu interesse em estabelecer uma base naval estratégica, de forma que, já haviam estabelecido presença de capital financeiro em setores estratégicos como, o sistema bancário e a ferrovia McDonald's. Logo, a potência hegemônica das Américas, através da retórica humanitária e intervencionista, buscava consolidar esses investimentos e enfrentar concorrentes como a Alemanha, que visava a ampliação da sua influência militar na região e controlava 80% do comércio internacional haitiano no contexto que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. O assassinato do presidente haitiano Vilbrun Guillaume Sam em 1915, serviu de pretexto para justificar a invasão dos EUA com a narrativa da garantia da civilização e da proteção dos interesses estrangeiros. Assim, ao analisar os contextos históricos, pode-se perceber o padrão imperialista ressonante na conduta estadunidense (Andrade, 2016).

À luz desse quadro, em agosto de 1915, Philippe Sudre Dartiguenave foi eleito como presidente fantoche no Haiti, com a intenção de assegurar a perpetuação dos interesses externos sustentando a argumentação de que as intervenções externas eram bem-intencionadas e positivas. Em consonância, os EUA adotaram uma estratégia de desmantelamento das forças armadas, vislumbrando a instalação de um novo exército, aos moldes norte-americanos e com capacidade suficiente para o controle interno do país, já que os anteriores estavam profundamente interligados ao nacionalismo haitiano. Entende-se que essa reestruturação era parte fundamental de um projeto mais abrangente que englobava a estabilização política e submissão econômica, objetivando tornar o Haiti um espaço seguro para o capital estrangeiro e um campo de experimentação para ações imperialistas futuras na região (Andrade, 2016)

Sob essa perspectiva, a invasão estadunidense ocorreu com base em uma política externa moderna que pressupunha a operacionalização de preceitos coloniais binários. Assim, em 1918, a partir de um plebiscito forçado e a aprovação de uma nova constituição, a soberania do povo haitiano foi colocada à prova. Este fato assinalou o início de um processo de recolonização, que impôs ao povo uma condição de submissão frente às políticas hegemônicas do centro. Ademais, a revogação do ato de 1804 de Dessalines, que proibia a propriedade de terra por estrangeiro, acarretou a substituição da agricultura de subsistência pela agricultura comercial para a exportação e garantiu as terras mais férteis nas mãos do capital estadunidense. Essa conjuntura, levou ao aumento do desemprego e da falência de pequenos proprietários. Para além, houve a reintrodução do trabalho obrigatório e gratuito, que agravou a exploração e levantou questionamento sobre uma nova escravidão e o desrespeito a soberania nacional conquistada em 1804 (Andrade, 2016).

Dessa forma, através da lente decolonial, faz-se necessário expor o caráter racial da invasão americana. A ocupação foi marcada por uma dimensão hierárquica racial, que influenciou a repressão e a reação intelectual haitiana. Os *marines*, consolidaram a ideia moderna/colonialista ao reforçar a visão que os haitianos eram “animais sem cérebro” ou “selvagens”. Essa retórica ratificou o racismo e a brutalidade contra o povo haitiano e pode-se comparar a narrativa francófona empregada na legitimação da invasão, colonização e escravidão no Haiti até sua independência (Andrade, 2016).

Com isso posto, entende-se que o Haiti, como um campo revolucionário, ameaçou a perpetuação dos interesses estadunidenses. Sobre essa premissa, desencadeou-se uma campanha contra o vodu, motivada por sua capacidade de articular e integrar os elementos internos da sociedade. Como resposta, o vodu se tornou novamente um espaço de resistência

clandestina que unificou camponeses e intelectuais contra invasores externos e fez com que teóricos haitianos buscassem referências na África negra,⁵ em um momento em que redes de intelectuais negros começava a se formar. A urgência da resistência haitiana contribuiu para o surgimento do movimento do “indigenismo”, que valorizava a cultura camponesa local e a ascendência africana como respostas aos aspectos brutais do colonialismo (Andrade, 2016).

Sob essa perspectiva, a desarticulação militar promovida pelos Estados Unidos no Haiti excedeu uma simples reestruturação institucional pois implicou na formação de um aparato repressivo que visava o controle político e econômico. Para além da dissolução do exército nacional, historicamente ligado às raízes nacionalistas haitianas, os EUA eliminaram uma força de resistência e instauraram a Guarda Nacional, treinada para agir contra o próprio povo haitiano. Essa nova estrutura concentrou o poder em uma elite político-militar minoritária e serviu como instrumento de dominação interna, que minou as possibilidades de autonomia popular. Portanto, a consolidação do imperialismo americano permitiu a emergência de regimes autoritários, que acarretou a ditadura de François Duvalier, marcada pela supressão de liberdades e pela instrumentalização da violência estatal. Ademais, mesmo após a retirada formal das tropas estadunidenses em 1934, a influência imperial dos EUA permaneceu, de maneira que a Guarda Nacional prosseguiu como um pilar de controle político, em conjunto com a manutenção da supervisão fiscal do Haiti até 1952⁶. Isso perpetuou a dependência econômica e o legado autoritário que moldou a estrutura social haitiana (Andrade, 2016; Best, Hanhimäki, Maiolo, Schulze, 2015).

2.1.1 O Haiti durante a Guerra Fria

A presença dos EUA em terras haitianas modificou os paradigmas locais e fez com que o Haiti mantivesse seu status revolucionário, buscando a sobrevivência de seu povo contra a

⁵ Entende-se aqui como berço de diversas etnias e culturas africanas e base da herança cultural e religiosa, como o vodu, originário do politeísmo Fon da cultura do Benin, entre outras (Copeau, 2008; Laguerre, 1973).

⁶ A ocupação estadunidense entre 1915 e 1934 manteve o Haiti como um espaço de intensa resistência popular. O controle estrangeiro do território haitiano foi convertido em um laboratório imperialista, em que os Estados Unidos experimentaram formas de dominação política, econômica e social. Este contexto pode ser exemplificado através de medidas como a reintrodução da corveia, que impunha trabalho forçado, e a expropriação de terras que revelaram a tentativa de restaurar estruturas coloniais, reacendendo as memórias da escravidão e do racismo. Dessa forma, a demanda por estratégias de resistência haitiana era latente. A resistência armada dos Cacos, liderada por camponeses e pequenos proprietários como Charlemagne Pèralt, é um exemplo claro. Paralelamente, o campo intelectual e cultural emergiu como outro eixo de resistência. O vodu assumiu papel central na reafirmação da identidade haitiana e o indigenismo e a negritude promoveram uma revalorização das origens africanas frente ao desprezo racial dos ocupantes. Essa insurgência cultural questionou a dominação estrangeira e desafiou as elites locais que reproduziam valores eurocêntricos (Andrade, 2016).

repressão colonial racial hierarquizada. Por conseguinte, evidencia-se que a dinâmica da política externa estadunidense sempre interferiu em questões internas e externas haitianas. No período de Guerra-Fria, o Haiti atuou como um campo de intervenção política por parte dos EUA através da retórica de contenção ideológica do comunismo. Verifica-se que durante a Guerra Fria os EUA retornaram a uma lógica intervencionista com a intenção de dar suporte aos governos que aderissem à causa anticomunista e favorecessem os interesses norte-americanos (Osgood, 2024).

Mack (2025) apresenta em seu argumento central a ideia de que a Guerra Fria ofereceu a base ideológica e o instrumento para a imposição neocolonial sobre o Haiti. O autor desenvolve o conceito de rede carcerária transnacional para definir a relação imposta pelos Estados Unidos ao Haiti. E descreve que essa rede operou através de um sistema de coerção, manipulação e disciplina que visava instrumentalizar a disciplina haitiana em torno da manifestação do poder dos EUA no período da Guerra Fria.

Para os Estados Unidos, a proximidade geográfica do Haiti em relação a Cuba, onde uma revolução triunfou em 1959, demonstrava um risco iminente da expansão do comunismo sobre o Caribe, o que resultou na redefinição da importância geopolítica do Haiti. Em conjunto a isso, François Duvalier, conhecido como Papa Doc, que governou o Haiti de 1957 a 1971, visando assegurar o apoio estadunidense e garantir seu controle sobre a política doméstica e reprimir opositores, adotou uma retórica anticomunista. Dessa forma, Duvalier afirmava a manutenção de seu regime, que era marcado por graves violações dos direitos humanos, ao oferecer aos Estados Unidos a contenção do comunismo como contrapartida. Na lógica da política externa norte-americana, o alinhamento anticomunista assumia maior relevância estratégica do que o compromisso com a oposição a regimes autoritários (Gerlus, 1995; Coleman, 2004).

Sob essa retórica da Guerra Fria, os EUA e as elites haitianas estabeleceram a rede carcerária transnacional que se deu a partir da narrativa anticomunista, instrumentalizada através dos *Tontons Macoutes*, polícia pessoal de Duvalier e que era utilizada para vigiar e controlar o povo. Durante este período, a tortura e o cárcere eram utilizados como forma de demonstrar o poder do ditador sobre o povo haitiano. A classe trabalhadora, campesinato rural e os acusados de conspirações comunistas eram o alvo dessa força. Nesse sentido, pode-se observar a contradição estadunidense: os EUA, responsáveis pela invasão do Haiti em 1915 sob uma retórica de salvacionismo, passaram a ignorar a corrupção, brutalidade e a violência perpetradas pelo regime de Duvalier contra a população haitiana em um contexto histórico

distinto. Ao mesmo tempo, estimularam a exploração da classe trabalhadora pois enxergavam o Haiti como um ambiente atraente ao capital estrangeiro devido à oferta de mão de obra barata, associada a incentivos fiscais. Essa dinâmica reforçou a consolidação do capitalismo racial (Mack, 2025).

As contradições da política externa estadunidense tornaram-se mais evidentes no início da década de 1960. Inicialmente, o apoio ao regime duvalierista se deu pela lógica da Guerra Fria, em que Washington priorizava a contenção do comunismo no Caribe. Contudo, Duvalier consolidava cada vez mais um governo personalista e repressivo e suas ações começaram a escapar do controle político norte-americano. Então, em maio de 1961, a realização de eleições fraudulentas que garantiram a Duvalier a reeleição fez com que os EUA repensassem seu apoio ao governo, uma vez que estariam apoiando um governo ilegítimo. Em 1962, o presidente Kennedy após reunião com o embaixador Raymond Thurston, instituiu uma nova política americana que ditou a inviabilidade de operar com Duvalier, visto que o ditador demonstrava indiferença em relação ao bem-estar da população, encontrando-se imerso em uma lógica de brutalidade e repressão, além de adotar uma postura hostil diante das orientações provenientes dos Estados Unidos. A nova política americana redirecionou suas atenções para encontrar uma alternativa viável e substituir Duvalier e seu regime. Assim, em 1962, os EUA suspenderam grande parte da assistência financeira ao Haiti baseado no entendimento que Duvalier não poderia se manter no poder sem o apoio financeiro estadunidense. Alguns programas foram mantidos pelos EUA, como o destinado à erradicação da malária e o financiamento do aeroporto de Porto Príncipe, que visava a manutenção de uma estratégia militar no contexto da Guerra Fria para assegurar presença e influência diplomática (Arthus, 2014; Coleman, 2004)

Porém, a resistência de Duvalier contrariou os interesses da política estadunidense. Os EUA, temerosos com a possibilidade que a retirada de Duvalier do poder culminasse em um cenário de anarquia e, possivelmente, em uma revolução de comunista no Haiti, preferiram apoiar Duvalier. Contudo, o próprio Duvalier, no contexto em que os EUA tinham sua imagem internacional vinculada uso sistemático da violência estatal para reprimir manifestantes negros e em um momento crucial para os direitos civis domesticamente, ao sentir a pressão vinda dos EUA, apropriou-se da retórica racial e acusou os EUA de atacarem a sua “pequena nação negra” por fazerem parte uma um programa anti-negro (Arthus, 2014; Coleman, 2004; Mack, 2025)

De fato, Mack (2025) argumenta que a política externa estadunidense sob o Haiti foi marcada pelo racismo. Desde a primeira ocupação em 1915, os EUA derrubaram o exército haitiano original e favoreceram os negros de pele mais clara visando a garantia da proteção dos

seus interesses financeiros. Nesse contexto, o autor associa a exploração interna em um país minoritário feita por uma elite, chamada de teoria da colonização interna, ao caso haitiano. Isso revela a exploração baseada na condição de sujeição econômica, cultural e racial frente a população excluída das elites dominantes. Diante disso, o estado carcerário estabelecido pelos EUA através do regime duvalierista representa a colonização interna e demonstra o caráter neocolonial das relações de poder que garantiram os padrões de dominação racial. Entende-se que o período da Guerra Fria no Haiti foi marcado pelo capitalismo racial e por atividades mancomunadas entre a ditadura e os interesses capitalistas da hegemonia norte-americana que atuaram conjuntamente para garantir seus próprios interesses e beneficiaram-se da exploração da população haitiana.

Apesar de pertencer à elite haitiana e de governar sob um regime autoritário marcado pela brutalidade e pela repressão contra opositores e camponeses, práticas que reproduziam dinâmicas coloniais e imperialistas, Duvalier apropriou-se do discurso racial como instrumento político. O ditador utilizou uma narrativa historicamente legítima de resistência do povo haitiano para sustentar seus próprios interesses de poder. (Mack 2025, Coleman, 2004). Entretanto, Duvalier mantinha seu posicionamento anticomunista de forma estratégica tendo em vista a relevância da pauta para os EUA e utilizava disso como uma arma de chantagem para obter o apoio americano. Compreende-se que a retórica racial adotada por Duvalier constituiu-se como um instrumento estratégico para explorar simultaneamente o temor norte-americano em relação ao comunismo e sua sensibilidade diante das questões raciais. Em 1969, a ocorrência de um ato comunista de grande porte foi reprimida pelo regime duvalierismo, o que reforçou a ideia dos EUA de que o regime atuava eficazmente contra o comunismo. Isso fez com houvesse uma retomada da ajuda econômica do Haiti (Coleman, 2004).

Em consonância ao exposto, pode-se analisar a persistência de uma lógica colonial mascarada sob os discursos da Guerra Fria e da defesa da democracia. O apoio norte-americano a um governo autoritário e violento evidência que o Haiti foi utilizado como instrumento de consolidação de interesses estratégicos perante as dinâmicas geopolíticas globais. Este cenário revela a continuidade das hierarquias e dependências estruturais herdadas do colonialismo. Portanto, a violência estatal de Duvalier pode ser vista como parte de um sistema amplo de dominação, em que a violência interna se relaciona a uma estrutura hostil imposta pelas potências hegemônicas sob o pretexto da contenção do comunismo (Osgood, 2024).

Em 1971, com a morte de Papa Doc, seu filho, Jean-Claude Duvalier ou Baby Doc, assumiu a presidência. A Guerra Fria, mesmo com a transição de governo de pai para filho,

continuou a condicionar o comportamento haitiano especialmente através do anticomunismo punitivo e do controle de migração. Baby Doc, buscava alterar os padrões de respeitabilidade pública haitiana, principalmente em relação aos direitos humanos. Porém, as novas políticas serviram de fachada para essa alteração, pois as violações e opressões contra a classe trabalhadora continuaram ininterruptamente. Duvalier supostamente deu início a uma nova era de liberalização, visto que o estado carcerário transnacional, como citado anteriormente, continuava através da benção do regime totalitário repressivo que visava capturar e torturar seus adversários políticos⁷ (Mack, 2025).

A eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 reforçou a política anticomunista. Essa dinâmica foi refletida na abordagem migratória adotada em relação aos haitianos que deixaram seu país de origem. Em 1981, Reagan e Duvalier assinaram um acordo de cooperação de interdição, que permitia a interceptação e a deportação aos que solicitaram asilo, com o objetivo de impedir a entrada nos Estados Unidos. Mack (2025) aponta que esse acordo simboliza a consolidação de uma parceria carcerária transnacional, por meio da qual os Estados Unidos reforçaram mecanismos de controle e exclusão racializados. Dessa forma, ao classificarem os haitianos como migrantes econômicos e não como refugiados políticos, categoria concedida aos cubanos, as autoridades norte-americanas legitimaram a negação do direito ao asilo e perpetuaram uma lógica seletiva baseada em critérios raciais e geopolíticos.

Entretanto, a junção de fatores internos e externos levaram à queda de Baby Doc em 1986. No que se refere a força interna da população haitiana, alguns fatores que influenciaram a queda do governante foram a perda de apoio da classe média negra, que historicamente foi considerada base de Papa Doc; a dependência do apoio da burguesia empresarial e a crescente corrupção desmedida e escancarada que desagradou a todos os setores da sociedade. Esse colapso do poder interno fez com que a burguesia, passasse a buscar novas alternativas⁸ (Nicholls, 1986).

⁷ A corrupção, ou como era chamada *le siphonage* foi uma característica recorrente do governo de Baby Doc e foi reforçada graças à vista grossa feita pelos Estados Unidos, que ainda consideravam o Haiti como uma fonte abundante de mão de barata e qualificada. Assim, na mesma medida em que os Duvalier desfrutavam de seus privilégios e interesses, o governo haitiano à época apresentou o menor gasto em políticas sociais em comparação ao hemisfério. Perpetuaram-se, assim, as desigualdades estruturais do país caribenho (Mack, 2025).

⁸ Em 1980, a pressão interna aumentou de forma significativa a partir do descontentamento popular devido à crise econômica rural e doenças, como a peste suína, além de protestos com morte de estudantes em vista a repressão das tropas, que foi fator principal para o início de grandes movimentos que clamavam pela queda de Duvalier. Ademais, em relação a fatores externos, os EUA, em contraste com a política externa anterior, perceberam que o apoio ao regime no Haiti havia se tornado insustentável e ineficaz. Assim, mesmo divididos internamente, os EUA, com medo de um caos maior após a derrubada de Duvalier, usaram de sua influência para garantir que essa transição ocorresse de maneira controlada e que evitasse o vácuo de poder (Nicholls, 1986).

Porém, a queda do regime duvalierista desencadeou um período de muita violência no país. A luta do povo haitiano para adoção de um sistema político democrático foi conturbada e repleta de eleições fracassadas e golpe. Contudo, esse período representou a força da luta contra a herança estrutural de um regime autoritário prolongado. Nesse contexto, sob o discurso de apoio à redemocratização, os Estados Unidos voltaram a exercer influência direta sobre o Haiti. Com o aval e a assistência da potência norte-americana, o Haiti aprovou, por meio de seu parlamento, uma nova constituição e recebeu treinamento militar, supostamente destinado a garantir o processo eleitoral. No entanto, essas medidas deram respaldo a reafirmação da presença e o controle estadunidense nas estruturas institucionais haitianas. Assim, é perceptível a permanência de estruturas coloniais que historicamente definiram as dinâmicas sociais, políticas e econômicas no Haiti (Constable, 1992-1993).

Nesse contexto, a eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990 representou uma tentativa de reconstrução democrática, que seria conduzida através dos setores historicamente marginalizados e que romperam com o legado autoritário e oligárquico. Contudo, a partir da vitória de um líder popular, a elite e as forças armadas se sentiram em perigo, pois percebiam a ascensão de Aristide como ameaça de uma revolução social. Isso levou ao golpe de 1991, que depôs Aristide após poucos meses de governo e revelou a fragilidade das instituições. Assim, a repressão brutal foi continuada e a breve experiência democrática de Aristide foi sufocada pelo mesmo sistema que, desde o período pós-colonial, mantém o Haiti aprisionado nas engrenagens do neocolonialismo e do capitalismo racial (Constable, 1992-1993; Nicholls, 1986).

Entretanto, como dito anteriormente, a necessidade haitiana de atuar como um campo revolucionário permeia toda a sua história. No contexto da ditadura duvalierista e a intervenção dos EUA em assuntos internos, o povo Haitiano agiu mais uma vez, buscando a sobrevivência e soberania de suas terras, vozes e cultura. Dubois *et al.* (2020) explicitam a Guerra Fria como um período de profunda resistência cultural e política e destacam alguns fatos que demonstram isso através da mobilização popular, resistência intelectual e cultural e o sequestro da identidade negra pelo regime.

O vodu, como indicado anteriormente, foi continuamente considerado como um braço da força de resistência haitiana. Durante o regime de Duvalier, o vodu emergiu como uma poderosa forma de resistência diante do terror político e da manipulação do medo pelos *Macoutes*. Apesar do regime se sustentar através da associação de poder e violência, o povo haitiano ressignificou o vodu como linguagem de libertação e crítica à opressão. Santuários como Nan Souvenance e Saut d'Eau tornaram-se espaços de contestação, em que os rituais e

canções denunciavam a injustiça e reafirmavam a dignidade popular. Essa força de resistência também se refletiu na arte, em obras como *Dezafi* e *Atibon-Legba*, que transformaram o vodu em instrumento de consciência e luta contra a desumanização. Assim, o vodu revela-se uma epistemologia de resistência que confronta as estruturas coloniais e sustenta a autonomia espiritual e cultural do povo haitiano (Dubois *et al.*, 2020)

Isso fez com que outra forma de resistência se desenvolvesse, o movimento Ti Legliz que instrumentalizou a espiritualidade como base para a resistência e contestação política. Esse movimento foi impulsionado pela Teologia da Libertação⁹, ligada a Jean-Bertrand Aristide, que buscava garantir a proteção de preferência pelos pobres e combater a opressão e desigualdades históricas. Esse despertar popular acarretou a formação do movimento *Tèt Kole* (Cabeças Juntas) no final dos anos 1980, que se posicionou contra a intervenção estrangeira e eleições fraudadas. Esse contexto favoreceu a emergência do movimento *Lavalas* (Avalanche), liderado por Jean-Bertrand Aristide, que afirmou que os camponeses, unidos das planícies às montanhas, seriam a principal força para eliminar a pobreza e promover uma transformação social profunda (Dubois *et al.*, 2020). Assim, a resistência haitiana se configurou como uma força que integrou o anticolonialismo cultural à ação política popular, utilizando-se da religião, das expressões artísticas e da lembrança da Revolução Haitiana para resistir ao terror imposto no contexto da Guerra Fria.

2.1.2 A intervenção no Haiti nos anos 1990

Dessa forma, entende-se o Golpe militar de 30 de setembro de 1991 como uma reação contrarrevolucionária da elite e do exército, pois Aristide era tido como um líder moral e popular que lutava a favor da teologia da libertação e da justiça para os pobres. Para a elite, a possibilidade do governo de Aristide ativava o medo da revolução e foi interpretada como capaz de evocar “cenários apocalípticos de levante em massa”. Já para o exército, os planos de Aristide de desarticular as redes de contrabando e corrupção eram considerados uma ameaça dada que muitos oficiais se beneficiavam (Constable, 1992-1993).

9A Teologia da Libertação é uma abordagem cristã que relaciona espiritualidade e compromisso social, ao propor uma leitura da bíblia a partir dos pobres e marginalizados. Compreende-se como uma prática transformadora capaz de romper lógicas de injustiça que estruturam a vida social. Esse movimento é caracterizado por uma abertura constante ao diálogo com diferentes culturas, perspectivas e tradições de pensamento. Em seu núcleo, está a ideia de justiça, dignidade e na construção concreta do “Reino de Deus” no mundo real (Nogueira, 2025)

A partir disso, a instabilidade instaurada através do golpe e o perigo do embate entre os movimentos de transformação social e as forças conservadoras fez com que a comunidade entendesse que era necessário a intervenção internacional no país. A crise pós-1991 era vista como uma ameaça regional. Entende-se que a fragilidade democrática no Haiti com a derrubada de Aristide representou um teste para os governos regionais cujas dinâmicas de poder entre civis e militares eram similares. Dessa forma, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em vista da situação haitiana, emergiu como liderança amparada no “Compromisso de Santiago com a Democracia” (Patriota, 2010). Assim, a ONU acompanhou o processo em conjunto com a OEA e uniu esforços em nome do fortalecimento dos direitos humanos e das instituições democráticas. Em resultado, surgiu a Missão Civil Internacional para o Haiti (MICIVIH)¹⁰.

Em 1993, a pressão internacional ocasionou que a ONU e a OEA nomeassem Dante Caputo como mediador na crise haitiana; simultaneamente, os Estados Unidos assumiam protagonismo político ao apoiar o retorno de Aristide. Congruente a isso, a adoção da Resolução n.º 841 pelo CSNU com embargo de armas e petróleo e o Acordo de *Governor's Island* previam a volta de Aristide mediante anistia aos golpistas (Patriota, 2010). Essas movimentações possibilitaram que, em agosto de 1993, o CSNU parasse as sanções e aprovasse o envio de especialistas. Em consequência, a primeira missão instituída foi a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), entre 1993 e 1996. A missão tinha como objetivo principal restituir Aristide ao cargo de presidente. Contudo, o ataque do navio militar americano em 11 de outubro de 1993 por eventos políticos coordenados pelo regime ocasionou a saída dos observadores da ONU e da OEA e a imposição novamente das sanções que tinham sido suspensas, em conjunto com um bloqueio naval (Patriota, 2010).

Essa série de fatores favoreceu o aumento da violência política e resultou na ampliação das sanções impostas pelo CSNU. Isso fez com que houvesse uma grande imigração de refugiados em direção aos EUA (Patriota, 2010). Com isso, em 1994, os Estados Unidos, preocupados com a entrada de imigrantes em seu território, implementaram uma intervenção militar visando a restauração da ordem constitucional e o retorno de Aristide ao poder. A Força Multinacional, autorizada pelo CSNU, tinha o objetivo de derrubar o regime e, em 15 de outubro de 1994, obteve sua meta alcançada, conseguindo promover o retorno de Aristide à presidência (Patriota, 2010).

¹⁰ O sistema de condenação aplicado pela OEA através das sanções foi ineficaz e fez com que, o Secretário-Geral à época, João Clemente Baena Soares, recorresse, em 1992, ao Secretário-Geral da ONU, para discutir a viabilidade da imposição de um embargo militar e comercial com alcance global ao Haiti. Esse fato reverberou a preocupação regional em dimensionar a situação haitiana como uma “ameaça à paz internacional”. Com isso, seria possível a utilização dos mecanismos previstos no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (Patriota, 2010).

O “novo” governo de Aristide adotou ideias neoliberais, discutidas adiante, e deparou-se com diversos entraves internos e externos que tornou o governo incapaz de trazer soluções eficazes na dissolução das desigualdades de classes e social (Dubois *et al.*, 2020). Esse cenário resultou na necessidade de estabelecer novas missões com o objetivo de construir condições estruturais para a estabilidade e o fortalecimento democrático. A Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH) foi instaurada em 1996 e objetivava a promoção do fortalecimento da coesão nacional e a recuperação econômica do Estado. Contudo, as condições de fragilidade e instabilidade relacionadas as autoridades policiais nacionais fizeram com que houvesse a necessidade de substituição da UNSMIH pela Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), que atuou em solo haitiano até 1997 e visava auxiliar o governo local. Ademais, a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH) foi instaurada e atuou até os anos 2000 e buscava promover a qualificação profissional dos policiais e o controle das práticas corruptas (Oliveira, 2015)

As missões acima foram consideradas fracassos diante a resolução da crise haitiana. Entende-se que a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) em 2004, foi instituída devido às contínuas deficiências apresentadas pelas demais missões que falharam em minimizar a violência generalizada e a falta de estrutura estatal (Oliveira, 2015). A intervenção internacional no Haiti, especialmente durante a década de 1990, consolidou-se como um mecanismo de preservação da ordem vigente e de contenção das possibilidades de transformação estrutural. Sob a retórica de reconstrução institucional e promoção da estabilidade, perpetuaram-se práticas de tutela externa e o fortalecimento das elites locais alinhadas aos interesses estrangeiros.

2.2 AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO HAITI ENTRE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Em congruência com os fatos citados anteriormente, a história haitiana é complexa e rodeada pela interferência de potências hegemônicas e da elite política local. Desde a dívida indenizatória cobrada pela França após sua independência, passando pelo regime do duvalierismo e até meados da segunda administração de Aristide, o contexto de desigualdade estrutural nunca foi favorável para aqueles que constituíam a nação haitiana. As condições socioeconômicas, com o passar dos anos da crise política haitiana, perpetuaram o estado de vulnerabilidade no Haiti. Segundo Pierre (2023), o Haiti nos anos 1990, posicionava-se em

177º lugar do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com somente 0,409 pontos, resultado da instabilidade política, dependência econômica e vulnerabilidade estrutural historicamente enraizada.

De acordo com Louis (2022), no final do século XX e início do século XXI, o Haiti se encontrava em um estado de má gestão governamental, com uma governança fortemente atribuída à corrupção, além de conflito interno, violência civil e aumento da criminalidade. Isso fez com que o país continuasse passando por período de crises e instabilidade política que favoreceram o aparecimento de desafios internos como, o tráfico ilícito de armas e drogas. Segundo o autor, esses fatores evidenciam o profundo problema do país sobre a desigualdade social, associada principalmente a pobreza extrema, a fome e a falta de acesso da população a direitos básicos como educação, saúde e trabalho.

Girard (2004) explicita que a Força Multinacional imposta pelos EUA em 1994, que visava a garantia da legitimidade do processo democrático e o desenvolvimento econômico saudável, ofertava um plano de ajuda em dólares que seria colaborativo para a reconstrução do país. Entretanto, os planos econômicos ofertados pelos Estados Unidos, ONU, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) refletiam uma lógica neocolonial de dependência, ao impor ao Haiti uma agenda neoliberal que reproduzia assimetrias históricas de poder. Sob o discurso do desenvolvimento e da modernização, as políticas reforçaram a subordinação econômica e a vulnerabilidade social do país, desconsiderando as dinâmicas locais. As promessas de doação para a reconstrução giravam em torno de \$3.5 bilhões de dólares em 1997 e dentre as propostas estavam uma melhoria na arrecadação de impostos e a privatização de empresas públicas (Girard, 2004)

Porém, as medidas neoliberais que incluíam a liberalização das taxas de juros, reestruturação do sistema bancário e eliminação das tarifas alfandegárias sobre produtos externos fez com que a despesa pública haitiana sofresse uma redução significativa, sendo diminuída de 20% do Produto Interno Bruto entre 1976 e 1980 para apenas 10,41% no intervalo entre 1991 e 1995. Esse fato gerou consequências nas áreas essenciais como educação e saúde e, impactou de forma desigual os mais pobres, intensificando a pobreza e ampliando a desigualdade. Em congruência, as reformas neoliberais ocasionaram uma aceleração na destruição da produção nacional em vista de uma economia de serviços dependentes (Pierre, 2023).

Segundo Girard (2004), o ambiente político local pode ser considerado como fator determinante para o suposto sucesso do desenvolvimento econômico. Com isso, fatores internos

contribuíram para o congelamento da ajuda externa, entre eles: a desaprovação do presidente Aristide à entrada de capital estrangeiro em propriedades nacionais que refletiram negativamente nas reformas econômicas da potência hegemônica norte-americana e a instabilidade interna. Assim, com a paralisia política e dos fundos internacionais de ajuda o impacto econômico apresentou consequências catastróficas para o Haiti (Girard, 2004)

Nesse sentido, o Haiti enfrentou um cenário de estagnação econômica e retrocesso social. O crescimento anual, limitado a cerca de dois a três por cento, não acompanhou o aumento populacional, revelando a fragilidade estrutural da economia. Paralelamente, os indicadores sociais se deterioraram significativamente, com o país ocupando uma das últimas posições no ranking mundial de desenvolvimento humano no Hemisfério Ocidental. O setor industrial, antes considerado promissor, sofreu forte retração, perdendo a maior parte de sua força de trabalho desde os anos 1980. Diante da instabilidade política e da incapacidade das lideranças locais de promover mudanças efetivas, a comunidade internacional retirou seu apoio financeiro e militar. A combinação desses diversos fatores foi decisiva para o aumento da fragilização do Estado haitiano (Girard, 2004).

Após 1995, a redução das tarifas sobre o arroz, de 35% para 3,9%, imposta pelo FMI, inundou o mercado haitiano com produtos agrícolas subsidiados do Norte Global, que tornavam impossível a competição com produção local. Isso comprometeu severamente a economia agrícola e evidenciou a vulnerabilidade do setor perante as políticas externas, além de reforçar a dependência do país em relação ao comércio internacional. O setor primário, historicamente responsável por mais de 70% do PIB, entrou em um processo de declínio contínuo, incapaz de sustentar-se frente à concorrência das importações. Essa situação fez com que o Haiti passasse a depender fortemente de alimentos importados (Pierre, 2023).

Ademais, o colapso do setor de produção fez com que o setor de serviço precisasse se destacar. Dessa forma, o setor terciário assumiu a maior parte da economia haitiana, correspondendo a 57% do PIB através do comércio atacadista e varejista que não envolve alta qualificação. Nesse sentido, a dominação da ajuda humanitária através de ONGs pós 1986 até meados de 2010 atuou de forma relevante para a redefinição do papel do Estado haitiano. Diante disso, desenvolveu-se uma dependência estrutural dessa ajuda, uma vez que ela se direciona ao consumo imediato, em vez de promover a recuperação econômica de forma estratégica (Pierre, 2023).

3 ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA: A MINUSTAH EM PERSPECTIVA CRÍTICA

A partir da exposição dos fatos e análise teórica decolonial e histórica do passado haitiano, é possível observar as diversas intervenções internacionais que ocorreram no país. Dentre elas, a operação de manutenção da paz denominada Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), a partir de 2004, que se deu diante de um contexto de extremas desigualdades e vulnerabilidades. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar as resoluções do Conselho de Segurança sobre esta missão com o fito de estabelecer uma análise crítica decolonial entre os documentos oficiais da ONU e a realidade da missão. Para a instrumentalização da perspectiva analítica, as resoluções foram exploradas por meio de três categorias: a) as principais decisões instituídas por cada documento; b) os apontamentos referentes a problemas relativos ao desenvolvimento do país – considerando as estruturas e as dinâmicas de poder –; c) as considerações sobre questões sociais, em especial, raça e gênero. É necessário destacar que a análise das resoluções será dividida em dois períodos, o primeiro, antes do terremoto de 2010 e, o segundo, depois do terremoto e da epidemia de cólera até o encerramento da missão em 2017.

3.1 DE 2004 A 2009

Faz-se necessário compreender o contexto de 2004, ano da implementação da MINUSTAH. O momento foi marcado por uma crise política, social e econômica resultando em uma extrema instabilidade e deterioração das já precárias condições de vida no país. A má gestão de recursos e a rigidez autocrática imposta pelo governo de Aristide inflamaram a pressão da oposição em favor de sua queda e, em 29 de fevereiro de 2004, culminou com a deposição do governo. A presidência foi assumida de maneira provisória pelo vice-presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre (Corbellini, 2009; Dubois *et al.*, 2020). Com isso, a situação de insegurança e miséria do país caribenho se agravou ainda mais e o medo estadunidense de uma grande imigração de refugiados para a Flórida reacendeu o interesse de intervenção novamente (Patriota, 2010).

Além disso, Alexandre, ao assumir o poder, buscou assistência imediata da ONU. Em resultado, a organização adotou a resolução n.º 1529 (2004) que estabeleceu a criação de uma Força Interina Multinacional (FIM) com duração de 3 meses. A resolução expressa

preocupações com a deterioração política, de segurança e humanitária, e cita o respeito ao direito internacional, as possíveis consequências desestabilizadoras da crise haitiana para a região e destaca também a necessidade da criação de um ambiente de bem-estar populacional. Segundo Corbellini (2009), a força proposta objetivava assegurar condições mínimas de governabilidade para Alexandre e viabilizar o estabelecimento de uma nova operação de paz, a MINUSTAH.

Nesse contexto, a resolução n.º 1542 (2004) implicou no estabelecimento da MINUSTAH por um período de 6 meses e afirmou o comprometimento com a soberania, independência, integridade territorial e a unidade do Haiti, expondo a necessidade de proteção dos direitos humanos especificando a importância a proteção das mulheres, crianças, civis em conflitos armados e da paz e segurança. Em um primeiro momento, esse documento esclareceu os princípios estruturantes da missão e demonstrou quais os compromissos iniciais postos pelo CSNU em relação aos problemas estruturais haitianos, destacando: o suporte a um governo de transição através do monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana; formulação dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR, sigla em inglês); e a assistência e manutenção do Estado de Direito, segurança e ordem pública.

Contudo, Louis (2022) questiona as intenções do presidente à época e a retórica de manutenção da paz postulada nas resoluções do CSNU sobre MINUSTAH. A crítica do autor abrange a dissonância entre a narrativa de ameaça à paz e segurança internacional, utilizada para justificar a necessidade de atuação do CSNU no país, e a realidade local. Esse argumento se consolida uma vez que organizações internas do Haiti, como o *Mouvement Démocratique Populaire* (MODEP) e *Plateforme Interaméricaine des Droits Humains, Démocratie et Développement* (PIDHDD)_reforçam que o país caribenho não poderia ser considerado uma ameaça regional ou internacional e explicitam que os objetivos onusianos com a missão eram de ocupar as terras haitianas e mantê-las sobre o cabresto colonial. Ainda, Louis (2022) ressalta que a anuência do governo de Alexandre favoreceu uma narrativa de legitimidade interna sobre a interferência, visando a garantia dos interesses geopolíticos das nações hegemônicas sob o pretexto da segurança coletiva. Pode-se entender que existem contradições em relação à criação da MINUSTAH, uso da força e as influências dos interesses de potências hegemônicas em detrimento da soberania haitiana.

Segundo Patriota (2010), a interpretação distorcida no Capítulo VII da Carta abrangendo uma ampliação da noção à paz e a segurança internacional a transformam em um “*all purpose parachute*”, que implica na sua utilização para todos os fins. Em suma, a aprovação da

MINUSTAH e as várias expansões de seu mandato, visualizadas em praticamente todas as resoluções, se deu na utilização da narrativa de Estado falido haitiano para justificar a influência de grandes potências na região e legitimar a narrativa de barbárie que reforça estereótipos coloniais, autoriza a intervenção externa e mascara os interesses neocoloniais.

É relevante destacar que a liderança e direção da MINUSTAH não foram somente controladas e influenciadas por potências centrais. Hirst (2007) aponta a ideia de uma iniciativa regional entre Argentina, Chile e Brasil (ABC), o que contribuiu para a cooperação e fortalecimento das relações entre Estados sul-americanos. O Brasil, como país líder do componente militar da MINUSTAH desde junho de 2004, entendia a missão como uma alavanca para alcançar um assento permanente no CSNU e uma forma de projeção internacional (Corbellini, 2009). Segundo Hirst (2007), a participação brasileira manifestou-se através da dualidade de uma cooperação sub-regional e a tensão doutrinária sobre o uso da força, caracterizada pelo uso moderado da força e o recurso à dissuasão política e militar. Entretanto, o posicionamento brasileiro é distinto da ideia neocolonial, em vista de sua configuração ambígua, que variava entre o *hard power* e o *soft power* (Napoleão; Kalil, 2015).

Hirst (2007) ressalta a diferença entre a perspectiva estadunidense e a brasileira sobre a missão. Enquanto os EUA buscavam alinhamento com o Capítulo VII da Carta, que prevê a imposição da paz, a direção brasileira visava a manutenção da paz constatada no Capítulo VI. Para a autora, a participação brasileira foi marcada pela capacidade de adquirir capital político e visibilidade, principalmente pela conexão histórica com o Haiti através do passado escravista e as crises econômicas, pela discrepância do posicionamento da elite haitiana, historicamente alinhada com EUA e França, com a população que visualizava os países do ABC como membros favoráveis a MINUSTAH.

A particularidade da abordagem brasileira se baseava na interconexão entre segurança e desenvolvimento. Para o Brasil, ações militares sem motivações desenvolvimentistas e sociais eram ineficazes. Ademais, o país contestou a concepção de que a estabilização, entendida em termos de segurança, pode ser dissociada ou concorrente das iniciativas de *peacebuilding*. Ao contrário, o país buscou implementar um modelo que integrasse seus interesses nacionais de caráter geopolítico à promoção da segurança e do desenvolvimento socioeconômico da população haitiana. Assim, orientou-se pela lógica de uma soma positiva e pela busca de uma paz duradoura e sustentável (Napoleão; Kalil, 2015; Braga, 2010)

Segundo Hirst (2007), as críticas à atuação brasileira na MINUSTAH abrangem a complexidade e as tensões internas que acompanharam a operação. O envio de tropas ao Haiti,

amplamente debatido nos meios político e intelectual brasileiros, suscitou questionamentos sobre a legitimidade da missão, que foi marcada por sua origem controversa após a deposição de Aristide, e sobre o grau de autonomia do Brasil diante dos interesses norte-americanos. Para a autora, os setores da esquerda entendiam a participação como uma forma de terceirização de intervenções comandadas pela Casa Branca, enquanto outros críticos denunciaram o caráter performático da política externa brasileira, vista por alguns como uma política de espetáculo, que é mais associada a gestos simbólicos do que a resultados estruturais. Além disso, o governo Lula (2003-2010) enfrentou limitações institucionais significativas, dentre as quais a falta de coordenação interministerial e a baixa capacidade operacional de órgãos civis que dificultaram a implementação de projetos em áreas essenciais, como saúde, educação e saneamento. Assim, embora a MINUSTAH tenha representado uma oportunidade de afirmação diplomática e liderança regional sob princípios de solidariedade e não indiferença, ela também revelou as contradições entre o ideal cooperativo brasileiro e as restrições políticas, burocráticas e simbólicas que moldaram sua participação.

Com isso posto, a partir da aprovação da MINUSTAH, pode-se analisar os fatores relativos ao desenvolvimento haitiano até 2010. Observa-se que as diretrizes centrais se repetem em diferentes resoluções, indicando os elementos que refletem a visão do CSNU e de seus Estados-membros sobre os aspectos considerados fundamentais para transformar o cenário de crise no Haiti e promover sua estabilização. Dessa forma, os elementos recorrentes são agrupados, resultando em cinco blocos de argumentos que se repetem de forma consistente entre as resoluções:

- 1) a interligação entre segurança e desenvolvimento;
- 2) a responsabilidade primordial haitiana;
- 3) os projetos de alto impacto (QIPs);
- 4) o fortalecimento institucional e governança transparente;
- 5) a coordenação da ajuda e o apoio para a redução da pobreza.

A seguir, avalia-se os contextos e acontecimentos prévios a cada resolução.

As resoluções n.º 1576 (2004) e n.º 1601(2005) não expressam informações relevantes relativas ao desenvolvimento haitiano, embora ambas destaquem a expansão do mandato da MINUSTAH. Contudo, o ano de 2005 foi marcado pela tentativa de legitimação do governo provisório e fragilidade estrutural moldou a atuação da missão. A resolução n.º 1608 (2005) reafirma, genericamente, a soberania, a independência, a integridade territorial e a unidade haitiana, além do requerimento do governo de transição efetivo, a busca por uma estratégia de

longo prazo para o desenvolvimento sustentável das instituições haitianas e a transferência de responsabilidade da estabilidade, desenvolvimento social, econômico e da lei e ordem para o povo haitiano.

Ademais, a transferência da responsabilidade para povo haitiano em assumir a estabilidade, desenvolvimento e da lei e ordem apresentada na resolução n.º 1608 (2005) e em outras, como a resolução n.º 1702 (2006) e n.º 1840 (2008), representa a falta de compromisso real com a estabilização do Haiti e demonstra a desconexão entre a missão e o entendimento dos paradigmas locais. Diante do exposto no primeiro capítulo, percebe-se a recorrente falha do CSNU em reconhecer e levar em consideração os contextos regionais. Observa-se que, no caso haitiano, a MINUSTAH desconsidera o histórico de invasões externas por potências hegemônicas, a escravidão negra, a associação das elites locais e os anos de regimes ditatoriais que violentaram e apagaram o povo haitiano, além de ocasionar diversas crises econômicas e políticas que corroem o processo de legitimação das instituições locais e as tornaram frágeis. Essa omissão associada à transferência de responsabilidade revela que os mesmos atores que, ao longo da história, invadiram, exploraram e fragilizaram, atribuem ao povo o dever pela estabilidade, desenvolvimento e manutenção da ordem. Isso demonstra a reprodução de uma lógica de tutela e dependência guiadas pela colonialidade do poder, em que, a missão não busca de fato compreender as demandas concretas, mas sim, mascarar sua dominação através de ajuda humanitária.

Contudo, seguindo a narrativa de restaurar estruturas estatais legítimas, a resolução n.º 1608 de 2005 expandiu temporariamente seu contingente de soldados e policiais civis visando reforçar a segurança para as eleições. Destacou ainda a reforma da polícia nacional haitiana, a ser discutida mais especificamente no próximo subitem, elaborada por autoridades haitianas em conjunto com a MINUSTAH. Dessa forma, 2006 marcou a primeira grande realização da missão com a realização das eleições presidenciais, que garantiram a legitimidade do governo eleito, característica fundamental para o desenvolvimento e operacionalização da missão. Este fato contribuiu para um remodelamento do foco da operação, iniciando uma nova fase marcada pela ênfase na segurança e na construção institucional (Corbellini, 2009). Assim, a resolução n.º 1658 (2006) estende a MINUSTAH até 15 de fevereiro de 2007 e destaca fatores considerados essenciais para a estabilidade haitiana, entre eles: a segurança, o Estado de direito,

e o desenvolvimento econômico e social, enfatizando a consolidação das instituições democráticas¹¹.

Apesar da conquista da eleição e garantia da legitimidade do governo eleito, as eleições na prática foram caóticas para a população. Os momentos que antecederam a votação e a apuração dos votos, até a declaração da vitória de René Préval, foram repletos de acusações de fraude, irregularidades e protestos violentos (BBC, 2006). No pleito, 63% dos 3,5 milhões de eleitores registrados compareceram às urnas, o que demonstrou um forte engajamento popular. Préval despontou como favorito, alcançando 51,1% dos votos após a apuração de 96% dos postos eleitorais, enquanto o segundo colocado, Leslie Manigat, obteve cerca de 12%.

No entanto, acusações de fraude e a descoberta de cédulas descartadas geraram protestos e atrasaram o anúncio oficial dos resultados, o que evidenciou um clima de incerteza. Diante da crise, um acordo entre o governo e o conselho eleitoral decidiu redistribuir proporcionalmente os votos em branco, confirmando a vitória de Préval no primeiro turno. Para a comunidade internacional, o resultado representava um passo importante rumo à estabilidade e à reconstrução democrática do Haiti, ainda que a permanência da MINUSTAH fosse vista como necessária por vários anos, dada a fragilidade do cenário político e social (BBC, 2006).

Entretanto, ainda em 2006 e apesar das evoluções trazidas pela ajuda da missão para a estabilização, a adoção de certas leis e parâmetros contribuíram para indicar a perpetuação de um modelo neocolonial e hierárquico moderno. Entre eles, a promulgação da Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti (HOPE I, sigla em inglês), que garantia acesso preferencial ao mercado dos EUA para o setor de vestuário. Pode-se analisar que essa ocorrência representa a contradição da ajuda internacional, em que iniciativas econômicas apresentadas como progresso, reproduzem a exploração da mão de obra e limitam a independência econômica do país. Além disso, o envolvimento da MINUSTAH na organização das eleições, na reforma da PNH e na implementação de políticas de segurança demonstra um controle sobre a autoridade e o conhecimento local. Este fato reforça a narrativa moderna binária, em que as práticas hegemônicas ocidentais brancas são superiores e necessárias, enquanto práticas locais são vistas a partir de uma visão do Haiti como incapaz de se autogerir (Louis, 2022).

¹¹ As resoluções n.º 1743 (2007) e n.º 1780 (2007) estendem o mandato da MINUSTAH e reforçam o compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e a unidade do Haiti, assim como, o compromisso com o desenvolvimento e estabilidade haitianos, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento das instituições estatais.

Apesar dos avanços estruturais realizados com a contribuição da MINUSTAH, as alterações no cenário internacional em 2008 somadas à temporada de furacões resultaram na retroação de diversos setores no Haiti, como políticas, de segurança, humanitário, social, econômico e de desenvolvimento (Corbellini, 2008). Em adição, a liberalização econômica no Haiti imposta por instituições financeiras internacionais através dos programas de ajuste estrutural contribuíram para o desenvolvimento de uma dependência do arroz importado, o que ocasionou efeitos negativos sobre a produção interna haitiana. Um agravante a essa situação é que cerca de $\frac{3}{4}$ do arroz¹² consumido no país passaram a vir do mercado externo. Entende-se que a política econômica neoliberal imposta ao Haiti interferiu na sua soberania e na segurança alimentar interna. Dessa forma, o cenário internacional de 2008 com o aumento rápido dos preços globais de alimentos e combustíveis somados ao agravamento humanitário ocasionados pelos furacões transformaram a vulnerabilidade estrutural haitiana em uma crise aguda. Essas condições contribuíram para uma grande movimentação em torno de protestos sociais (Frenat; Wesz Junior, 2024).

A resolução n.º. 1840 de 2008 ressalta o apoio ao Haiti sobre essas questões e destaca o Documento de Estratégia Nacional para o Crescimento e a Redução da Pobreza (DSNCRP). Esse documento, publicado pelo governo haitiano em 2007, objetivava o desenvolvimento de estratégias para o crescimento e a redução da pobreza entre 2008 e 2010. O lançamento do DSNCRP representou uma resposta direta à pressão da comunidade internacional, especialmente por países doadores e pelas principais instituições financeiras, que exigiam do governo haitiano um plano concreto para enfrentar a pobreza. O DSNCRP foi imposto devido à exigência estabelecida pelo Banco Mundial para autorizar o perdão de US\$ 1 bilhão em dívidas multilaterais. A MINUSTAH foi parte fundamental da sua formulação e desempenhou um papel de assessoria técnica em conjunto com os haitianos, além do suporte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Populacional das Nações Unidas (FPNU). O documento foi idealizado sob a liderança de René Préval, e nasceu através da necessidade de um diálogo nacional com a sociedade haitiana com o fito de definir, coletivamente, prioridades e estratégias a fim de promover o crescimento econômico e reduzir os altos índices de pobreza que marcam o país (Corbellini, 2009)

O DSNCRP era estruturado através de três eixos: 1) a garantia de serviços públicos essenciais como saúde, educação e segurança; 2) a proteção dos direitos fundamentais e das

¹² Principal alimento da dieta haitiana que representa quase metade dos itens da cesta básica e a partir dos anos 2000. Na década de 1970, o Haiti era capaz de atender integralmente à sua demanda interna dos produtos (Frenat; Wesz Junior, 2024).

liberdades; e, 3) o desenvolvimento de solidariedades sociais e territoriais. Corbellini (2009) ressalta que o documento era parte de uma renovação da visão estrutural institucional de longo prazo sobre o desenvolvimento. Contudo, a execução concreta do documento enfrentou diversas limitações e críticas, como o adiamento da liberação dos recursos dado a instabilidade política e social no Haiti em razão dos protestos populares contra a alta do preço do setor de alimentos e ao contexto de vulnerabilidade extrema; e a insuficiência dos recursos liberados pelos doadores internacionais que representavam apenas 10% do montante estimado como necessário. Essa escassez de financiamento voltado ao fortalecimento institucional configurava como uma dificuldade significativa para as iniciativas como a MINUSTAH, e comprometiam setores essenciais, como a reforma do judiciário, a reestruturação do sistema prisional e o processo de reorganização da Polícia Nacional Haitiana (PNH) (Corbellini, 2009).

Assim, observa-se que a MINUSTAH, mesmo direcionada para o fortalecimento institucional e à estabilização, funcionou como meio de reprodução da dependência econômica e de tutela política. As resoluções do CSNU, ao priorizarem a segurança e a governança liberal, negligenciaram questões sobre a desigualdade e a soberania haitiana. A crise de 2008 expôs a fragilidade de um modelo de desenvolvimento imposto externamente, em que a vulnerabilidade haitiana foi aprofundada. Ademais, o processo de reconstrução haitiana que inclui a formulação de planos formais como o DSNCRP e os avanços obtidos no diagnóstico dos problemas socioeconômicos, não significaram melhorias concretas para o desenvolvimento do país. A fragilidade econômica permaneceu evidente, especialmente quando as poucas evoluções macroeconômicas conquistadas nos primeiros anos da MINUSTAH foram comprometidas por impactos externos, como a elevação global dos preços de alimentos e combustíveis em 2008.

3.1.1 As reformas no setor de segurança e suas implicações

A reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH) representa um dos eixos centrais da presença internacional no Haiti desde a década de 1990, e simboliza a esperança de estabilidade, mas também as limitações estruturais das intervenções externas. Historicamente a força militar e a polícia no Haiti não tinham funções claras e distintas devido à formação dos policiais dentro das *Forces Armées d’Haïti* (FADH), o que comprometeu desde o início a consolidação de uma instituição policial civil, autônoma (Corbellini, 2009). Em 1994, as intervenções, especialmente estadunidenses, influenciaram o governo de Aristide a dissolver o Exército, o que apesar de representar uma ruptura com um aparato de repressão autoritário, deixou um vácuo

institucional. A partir da dissolução do exército, foi criada a Guarda Nacional, e a missão estadunidense de 1994 priorizava o treinamento de uma polícia haitiana. Contudo, o treinamento inicial, conduzido sob tutela internacional, foi apressado e insuficiente (Louis, 2022). Esse déficit estrutural se tornou um problema em vista do caráter violento e corrupto da PNH. Este fato, foi um ponto recorrente nas missões da ONU que, voltaram-se quase exclusivamente à profissionalização policial como solução para os problemas de segurança, sem enfrentar as causas históricas de desigualdade e exclusão social que alimentavam a violência no país (Corbellini, 2009)

Corbellini (2009) destaca que as problemáticas envolvendo a PNH e as dificuldades no processo eleitoral foram fatores determinantes para a crise social, econômica e política que levaram ao estabelecimento da MINUSTAH em 2004. A partir de então, a reestruturação da PNH foi considerada central para a restauração da ordem e da governabilidade haitiana. Em 2006, o Plano de Reforma da Polícia Nacional Haitiana (PRPNH), visava a profissionalização e moralização da corporação por meio de capacitação técnica, padronização disciplinar e fortalecimento administrativo. No entanto, o progresso foi limitado devido à ausência de equipamentos adequados, à má distribuição territorial dos agentes e à falta de um sistema eficaz de responsabilização demonstraram a dependência do projeto na estrutura de governança e dos recursos externos (Corbellini, 2009). O Brasil priorizou a capacitação institucional e o fortalecimento das capacidades locais, buscando o fortalecimento da capacidade haitiana de gerir de forma autônoma sua segurança, contudo, apesar dos esforços, o controle da segurança continuou sob tutela estrangeira (Napoleão; Kalil, 2015). Nesse sentido, a reforma da PNH representou algumas contradições da MINUSTAH, pois ao mesmo tempo que se apresentava como promotora da soberania haitiana, reproduzia uma lógica de dependência e subordinação institucional.

Louis (2022) analisa o processo de reforma da PNH como um instrumento de controle simbólico e epistêmico, em vista da insistência em impor modelos ocidentais de policiamento e estabilização, sem considerar os contextos históricos e culturais haitianos. Este fato, reforçou a ideia dicotômica moderna, que reproduz o pensamento eurocêntrico como o único capaz de ser funcional e válido. Assim, a reforma da PNH, expõe a continuidade das dinâmicas de dominação e a dificuldade de se alcançar uma soberania efetiva sob constante intervenção internacional.

Nesse sentido, ainda em 2006, a resolução n.º 1702 (2006) reforça esses pressupostos e idealiza a modernização das instituições estatais e adota o “Programa de Apaziguamento

Social” objetivando respostas imediatas às necessidades haitianas. A resolução visava o apoio ao processo constitucional e político e a promoção do diálogo, além de enfatizar novamente a necessidade de prevenir a criminalidade no Haiti, redirecionando suas ações de desarmamento, desmobilização e reintegração, em um programa mais amplo de redução da violência comunitária, ajustado às especificidades locais. Corbellini (2009) ainda destaca que nesse contexto de normalização política, houve melhorias na economia haitiana e o presidente René Préval traçou metas estratégicas que visavam a redução da pobreza e crescimento haitiano.

Neste cenário, é de suma importância destacar programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR, sigla em inglês), citado desde a resolução inicial da MINUSTAH, e é considerado como parte essencial para o desenvolvimento da paz sustentável devido a sua capacidade de abranger também as causas estruturais do conflito na segunda geração de operações de manutenção da paz. O CSNU explicita o desarmamento e a desmobilização das forças de guerrilha somados à reintegração de ex-combatentes a vida civil como elemento fundante para construção da paz. Entende-se que o DDR está intimamente ligado ao desenvolvimento e a geração de empregos, assim como, às agências da ONU (Louis, 2022). Sob essa ótica, a necessidade de estabelecer um ambiente seguro no país e em toda a região, de modo a garantir o respeito aos direitos humanos e oferecer respaldo às missões humanitárias levou a aplicação do DDR na MINUSTAH como um dos elementos centrais e uma função básica da missão que evoluiu de acordo com as especificidades do cenário haitiano (Corbellini, 2009; Louis, 2022).

Corbellini (2009) enfatiza que a desestruturação da PNH e os problemas eleitorais nos anos 2000 revelaram a necessidade da missão em fazer frente de maneira responsiva e eficiente às questões de violência generalizada que caminharam juntos com a história haitiana. A resolução n°. 1702 de 2006 explicitou um redirecionamento dos esforços buscando mais amplitude do programa nos esforços para a redução da violência comunitária, mas de forma que se adaptassem às dinâmicas locais (ONU, s.d). Assim, a DDR se tornou RVC (Redução da Violência Comunitária). A estrutura do RVC era baseada na operação em pequena escala e em comunidades de maior risco, objetivando o fortalecimento da governança local e o respeito a lei e a ordem. Fontes oficiais da ONU sobre a MINUSTAH indicam que de 2007 a 2009 o projeto retirou 21.678 pessoas do desemprego e promoveu a reintegração de 325 ex-membros de gangues e suas famílias (ONU, s.d).

3.1.2 Os impactos da crise de 2008

Esse cenário demonstra que, apesar dos avanços, a dependência do Haiti em relação ao exterior é palpável, considerando que o país importava mais da metade dos produtos (especialmente alimentos) consumidos, inclusive de combustíveis. Da mesma forma, os indicadores sociais também se deterioraram, demonstrando o crescimento insustentável perante a retração nas transferências de dinheiro, considerado um componente vital do PIB haitiano, devido à crise econômica mundial. Para além, o conceito de desenvolvimento foi tratado como uma etapa distante e complexa dentro da estratégia internacional, de modo que a atenção inicial se dava sobre questões de segurança e estabilidade política. Nesse contexto, a MINUSTAH se limitava a apoiar outros programas, e carecia de um engajamento mais efetivo e de investimentos estruturais por parte da comunidade internacional para que o Haiti pudesse, de fato, caminhar de forma autônoma.

Em 2009, o país continuava sobre uma corda bamba quando se tratava da sua estabilidade política e a acentuada precariedade econômica e social. A resolução nº. 1892 de 2009 reafirma o apoio internacional à soberania e à liderança do Haiti em seu processo de estabilização, destacando que segurança, desenvolvimento e Estado de direito são interdependentes. Como demonstra-se neste trecho específico: “Manifesta o seu total apoio ao Enviado Especial das Nações Unidas para o Haiti, o ex-presidente dos Estados Unidos da América, William J. Clinton¹³, nomeadamente nos seus esforços para ajudar o Governo e o povo do Haiti a criar novos empregos, melhorar a prestação de serviços básicos e a infraestrutura, reforçar a recuperação e a preparação para desastres, atrair investimento do setor privado e obter maior apoio internacional”.

Os índices de violência e criminalidade apresentavam queda significativa, tornando-se menores que os de alguns países vizinhos, e regiões anteriormente críticas que também foram pacificadas através de operações coercitivas conduzidas pela ONU. Nesse contexto, pode-se observar um cenário de avanços macroeconômicos: a relativa estabilidade assegurada pela presença da MINUSTAH permitiu que a economia haitiana voltasse a crescer. O turismo, a indústria e a agricultura começaram a atrair novos investimentos, e o processo político se

¹³ Enviado da ONU e co-presidente da Comissão Interina de Reconstrução do Haiti (CIRH), tornou-se uma figura central e altamente contestada na reconstrução pós-terremoto. Representava a comunidade internacional, mas sua atuação foi criticada por concentrar poder, interferir na política haitiana e fazer do CIRH um órgão pouco transparente e incapaz de coordenar efetivamente a reconstrução (Seguy, 2014).

consolidou por meio da realização das eleições presidenciais de 2006, reconhecidas por grande parte da comunidade internacional como livres e justas (Corbellini, 2009; Lima, 2020; Oliveira, 2015).

Diante da percepção de estabilidade, a ONU iniciou discussões sobre uma possível transição, que substituiria gradualmente as forças militares por uma presença civil (Lima, 2020). Contudo, essa estabilidade era sustentada, em grande maioria, por uma estrutura de segurança militarizada e direcionada à contenção do caos, e não abordava de forma efetiva as causas estruturais da crise haitiana. Esse cenário revela que a MINUSTAH priorizou a manutenção da ordem e a proteção dos interesses regionais e internacionais, em detrimento de políticas de transformação social verdadeiras. Apesar da aparência de normalidade e da evolução econômica, a realidade haitiana permanecia marcada por desigualdades significativas e um Estado enfraquecido.

Em 2009, 76% da população vivia com menos de dois dólares por dia, enquanto 56% sobreviviam com menos de um dólar, e 80% dos haitianos detinham acesso a apenas 32% da renda nacional. A crise financeira global precarizou fortemente essa situação, de forma que as remessas enviadas por haitianos no exterior, cerca de 30% do PIB, foram reduzidas, o que comprometeu a subsistência de mais de um milhão de pessoas (Corbellini, 2009). Em congruência, a ausência de capacidades técnica, logística e financeira para sustentar as políticas públicas essenciais levavam o governo à fragilidade institucional e, pautas de desenvolvimento, como a reforma agrária, geração de empregos e melhoria dos serviços de saúde, continuavam sendo desafios e não recebiam o devido incentivo (Corbellini, 2009; Washington, 2015).

Ademais, a repressão das manifestações sociais demonstrava a dissonância entre o discurso democrático e a prática cotidiana. Em 2009, protestos populares que exigiam a implementação do salário-mínimo foram contidos de maneira violenta pelas tropas da ONU. Essa evidência reforçou a percepção de que a estabilidade que era considerada pela comunidade internacional estava fundamentada de maneira mais incisiva na ausência de guerra civil e na realização de eleições do que na construção de uma paz sustentável. Dessa forma, a MINUSTAH negligenciou causas estruturais da pobreza e da desigualdade, que perpetuou a vulnerabilidade do país e revelou os limites de uma intervenção moldada sob uma lógica de controle, e não de emancipação (Oliveira, 2025; Lima, 2020). A seção seguinte visa analisar a eficácia da resposta da MINUSTAH a partir de 2010, com destaque no processo de recuperação e reconstrução pós-terremoto e a epidemia de cólera no Haiti.

3.2 DE 2010 A 2017

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto devastador de magnitude 7 atingiu as terras haitianas e ocasionou uma piora das condições haitianas, já precárias. O fenômeno natural levou a um cenário de mortes e destruição; dados apontam para a morte de aproximadamente 220 mil pessoas, 300 mil feridos e 1,3 milhões de desabrigados e um grande prejuízo material equivalente a 120% do PIB do país em 2009. Destaca-se que o colapso das estruturas governamentais do Haiti impôs à comunidade internacional a necessidade de uma reação urgente e fortemente militarizada. Assim, a MINUSTAH alterou o enfoque da missão das questões de segurança para a assistência humanitária e de socorro e assumiu a coordenação das ações para a reconstrução. A resolução n.º 1908 de 2010 ressalta a necessidade de esforços para a recuperação, reconstrução e estabilidade no Haiti após a tragédia e amplia o contingente de forças militares presentes na missão (Patriota, 2010; Oliveira, 2015).

Patriota (2010) indica que a MINUSTAH atuou de maneira relevante para a reconstrução do Haiti. Braga (2010) demonstra a resiliência da missão em administrar e coordenar a ajuda humanitária após o colapso institucional e que foi alcançado um nível de cooperação entre a força militar da MINUSTAH e os atores humanitários extraordinários. Nesse sentido, a Conferência Internacional de doadores para o Haiti, ocorrida dois meses após o terremoto, contou com a presença da ONU, BID e o Banco Mundial para resolverem questões voltadas ao subsídio para a reconstrução do país. A resolução n.º 1994 de 2010 afirmou o compromisso da cooperação entre instituições internacionais para a construção de uma estabilidade sustentável haitiana, bem como o apoio à manutenção das tropas e autorização de eleições presidenciais nesse período (Lima, 2020).

Ademais, a Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti (IHRC, sigla em inglês) foi estabelecida na sede das Nações Unidas em abril de 2010 e visava a supervisão do Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Governo do Haiti, buscando a garantia que esta estivesse em acordo com as necessidades primordiais do povo e governo haitianos e agindo com responsabilidade e transparência. A Comissão foi comandada pelo Primeiro-Ministro do Haiti, Jean Max Bellerive, e o ex-presidente dos EUA, William J. Clinton. O Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Governo do Haiti, desenvolvido por funcionários governamentais e consultores internacionais, foi instrumentalizado como documentação oficial para a movimentação de recursos externos, tornando-se o relatório central para os doadores em Nova York. A promessa inicial dos financiadores girava em torno de \$5,60 bilhões de dólares

para a recuperação haitiana entre 2010 e 2011. Em congruência, o Fundo de Reconstrução do Haiti (HRF, sigla em inglês) foi desenvolvido com o fito de ampliar os esforços e garantir o alinhamento com as prioridades do Plano de Ação (Haiti, 2010). Houve ainda uma Avaliação de Necessidades Pós-Desastre (PDNA, sigla em inglês), utilizando de estratégias nacionais pré-existente para levantamento de danos e perdas.

Entretanto, intelectuais haitianos criticaram esses documentos. A agilidade e a abreviação da consulta do PDNA afetaram negativamente a consulta das partes e prejudicou a legitimidade do Plano de Ação, além da ausência de um plano de desenvolvimento territorial, essencial para a reconstrução física do Haiti (Haiti, 2010). Em consonância, o processo de reconstrução foi fortemente criticado especialmente sobre a sua conexão com intervenções internacionais. A atuação internacional no Haiti após o terremoto de 2010 produziu mais tensões do que resultados estruturais.

O desvio de recursos e o argumento de que o dinheiro investido na intervenção poderia ter sido direcionado a projetos sociais locais alimentaram a percepção de que a ajuda externa operou mais como gestão de crise do que como promoção de transformação. As contradições econômicas aprofundaram esse quadro, já que as políticas comerciais dos próprios países doadores fortaleceram a dependência alimentar e limitaram a capacidade produtiva nacional. Além disso, a presença militar, justificada no discurso de estabilização, serviu simultaneamente para garantir segurança às multinacionais que exploram a mão de obra haitiana nas zonas francas, o que reproduz lógicas de superexploração. Observa-se que a crise haitiana não foi superada, ela foi apenas reorganizada e disfarçada, permitindo que antigos problemas persistissem e novos desafios surgissem em meio a um processo de reconstrução limitado (Louis, 2022; Lima, 2020)

Contudo, a maior problemática relacionada ao processo de reconstrução do Haiti envolveu a crise de cólera. Urbano (2024) descreve que o desencadeamento da doença durante a missão foi a maior falha ética e humanitária da intervenção e reforçou a crítica à falta de responsabilidade da comunidade internacional. Segundo Louis (2022), a epidemia de cólera surgiu no país em outubro de 2010 introduzida por soldados da MINUSTAH através do descarte incorreto de dejetos humanos em rios na região de Mirebalais. O impacto humano do surto foi devastador, sendo considerada a epidemia mais mortal do mundo, causando milhares de mortes e piorando as condições do país em vez de promovê-las (Barbanel, 2022)

As resoluções n.º 2070 (2012) e n.º 2119 (2013) reconhecem a necessidade de melhora das condições relacionadas à crise e indicam o apoio ao Plano Nacional de Eliminação da

Cólera¹⁴. A resolução n.º 2243 de 2015 detalha um maior nível de engajamento da ONU em relação a crise de saúde, onde reconheceu a calamidade humanitária haitiana e tomou nota do desenvolvimento da *Total Sanitation Campaign*¹⁵, formulada conjuntamente por Ban Ki-Moon, Secretário-Geral à época, além do reconhecimento do *High-Level Committee for the Elimination of Cholera*¹⁶. Apesar do engajamento demonstrado nas resoluções e do desenvolvimento de mecanismo de mitigação e planos de saneamento, a missão enfrentou diversas críticas severas, sobretudo, acerca da sua responsabilidade moral e legal pela crise.

Barbanel (2022) destaca as principais críticas em relação à atuação onusiana em tempos de cólera, dentre elas: responsabilidade pela epidemia, violações de direitos humanos, resposta insatisfatória da ONU e as falhas na conduta no contexto de um Estado frágil. Em primeira instância, a culpa pela introdução da cólera no Haiti, conforme dito acima, foi direcionada ao descarte indevido de resíduos do acampamento, fato que foi confirmado, em 2011, por pesquisas científicas. Assim, um ponto relevante é a forte negação da ONU em relação a responsabilidade sobre o caso. Segundo Barbanel (2022), a falta de responsabilidade e, por conseguinte, a falta de reparação das vítimas da cólera se torna uma violação dos direitos humanos, através da falta de acesso à água, saneamento e saúde das pessoas afetadas, além da privação ao direito processual humano ao recurso efetivo, *effective remedy*, devido a recusa da ONU em instituir diferentes mecanismos para resolução das problemáticas.

A partir da articulação dos fatos mencionados, entende-se que, além de violar direitos humanos, consolida-se a percepção de que a ONU dispõe de margem para fazê-lo sem incorrer nas punições pertinentes. Somente em 2016, após anos de negação, o ex-Secretário-Geral Ban Ki-moon fez um pedido de desculpas formal e, no mesmo ano, a ONU desenvolveu uma nova abordagem que visava o desenvolvimento de um fundo voluntário em favorecimento das comunidades afetadas¹⁷ (Barbanel, 2022).

Em congruência, diversas mobilizações refletiam o ressentimento do povo haitiano com a MINUSTAH quanto à tragédia sanitária e à ocupação militar e a violência (Dubois *et al.*,

¹⁴ Documento elaborado pelo governo do Haiti com o objetivo de eliminar a cólera do país através da melhoria da infraestrutura de saúde e saneamento (Haiti, 2012).

¹⁵ Campanha focada em mitigar as fragilidades estruturais que permitiam a propagação da cólera (ONU, 2015).

¹⁶ Estabelecido para coordenar e supervisionar os esforços de combate e eliminação da doença no Haiti (ONU, 2015).

¹⁷ Barbanel (2022) explicita críticas ao fundo por considerá-lo como uma medida de compromisso que busca descarregar a ONU de sua responsabilidade; para além, as contribuições também tinham apenas 5% do financiamento que era preciso. O autor ressalta ainda que um relatório de supervisão interna de 2014 expôs que componentes da MINUSTAH continuavam a jogar resíduos em vias aquáticas de uso público. Ademais, o autor destacou a impossibilidade do Estado haitiano em buscar justiça por seu próprio povo devido a fragilidade estatal e a dependência ao apoio internacional.

2020; Louis, 2022). As manifestações clamavam pela responsabilização da ONU e organizações locais, como a Ação Coletiva para a Redução da Pobreza no Haiti (ACREPH) e o Coletivo de Mobilização para Indenizar vítimas de cólera (Komodevik), que buscavam indenização para a reparação para as vítimas da cólera. Os slogans das manifestações abrangiam expressões como “Fora a MINUSTAH”, “MINUSTAH = cólera” e “Justiça para as vítimas de cólera”, representando a insatisfação popular quanto a missão de estabilização (Louis, 2022).

Nesse sentido, a saída da MINUSTAH foi uma demanda intensa em todo território nacional como algo em prol da soberania haitiana. A oposição popular à MINUSTAH expressava uma percepção generalizada de que a missão funcionava como uma ocupação militar que ampliava vulnerabilidades históricas em vez de enfrentá-las. O acúmulo de abusos de direitos humanos, incluindo casos de estupro, assédio, pedofilia e violência sexual contra mulheres e menores haitianos, alimentava um sentimento de indignação, entrelaçando ao surto de cólera com a sensação de desproteção diante daqueles que deveriam garantir segurança e a compreensão da MINUSTAH como uma força repressiva que sufocava mobilizações populares. No plano social e econômico, a missão também era vista como parte de um projeto neoliberal que mantinha o Haiti em posição subordinada, incapaz de responder às demandas por dignidade. Para Camille Chalmers (2014 *apud* Barbanel, 2022), a presença estrangeira incorporava a lógica da colonialidade, por meio do discurso do “Estado falido”, que operava como pretexto para instaurar novas formas de dominação. Assim, as mobilizações contra a MINUSTAH e a má gestão da cólera se tornaram um enfrentamento direto à presença militar internacional, afirmando a urgência de responsabilização pela crise sanitária e reivindicando o direito do povo haitiano de conduzir seu próprio destino (Barbanel, 2022).

O ano de 2014 foi decisivo para a MINUSTAH. A relevância desse período para o processo político e para a missão estabilizadora se dá através de duas ramificações distintas, porém interligadas: a resolução do Senado haitiano que determinou a saída da MINUSTAH e o planejamento da ONU para a reconfiguração após 2016. Na data de 28 de maio de 2014, o Senado haitiano adotou a resolução que determinaria a saída da MINUSTAH do território nacional, atendendo assim à pressão popular e o sentimento de rejeição à presença de uma força de ocupação estrangeira. O sentimento popular negativo sobre a MINUSTAH girava em torno da percepção que a missão não contribuiu de forma significativa para o país, mas sim, perpetuou a insegurança e o subdesenvolvimento (Seguy, 2017; Louis, 2022).

No CSNU, a resolução n.º 2180 de 2014 reconheceu uma situação geral de segurança relativamente estável desde 2013 e, assim, reduziu seu contingente de forças. A partir de 2016,

após as pressões políticas locais, a ONU, ignorando as demandas populares de retirada, deu continuidade a um planejamento estratégico para o futuro da presença internacional. Nesse cenário, a ONU considerou a saída da MINUSTAH para a transição de outra missão que manteria a presença estrangeira sobre terras haitianas. Assim, a resolução n.º 2243 de 2015 postulava sobre a Missão de Avaliação Estratégica ao Haiti, que visava apresentar recomendações sobre o futuro da presença e o papel das Nações Unidas no país (Napoleão; Kalil, 2015; ONU, 2015).

Dentre as opções para a reconfiguração da missão após 2016, a previsão era que a MINUSTAH permanecesse somente até 2016, a depender da estabilidade à época. Contudo, a missão passou por inúmeras renovações de curtos períodos até a resolução n.º 2320 de 2017 que determinou a última extensão da missão, até 15 de outubro de 2017. Nesse contexto, a resolução n.º 2410 definiu a substituição da MINUSTAH pela Missão de Apoio à Justiça do Haiti (MINUJUSTH), que visava auxiliar instituições do Estado de Direito e manter o compromisso com o desenvolvimento da polícia haitiana (Lima, 2020; Oliveira, 2015)

As últimas resoluções do CSNU referentes à MINUSTAH denotam que a missão se retirou do Haiti em vista do cumprimento dos deveres de garantir a estabilidade na região. Entretanto, como citado anteriormente, a força das manifestações populares levou ao encerramento da MINUSTAH no Haiti (Louis, 2022). Críticos entendem que os objetivos de estabilização a longo prazo não foram alcançados em sua totalidade, a missão foi incapaz de solucionar problemas estruturais profundos e se distanciou de redirecionar o país ao estabelecimento de uma paz duradoura. O fracasso da MINUSTAH, para alguns críticos, se dá a partir da ideia de que a missão foi um “braço armado” de um projeto neoliberal, em que, suas tomadas de decisão buscavam a falência e o enfraquecimento das instituições estatais e a substituição da mesma por novas intervenções explicitam a continuidade de um projeto de dominação neocolonial moderno que visa perpetuar um ciclo de violência e sofrimento (Seguy, 2017).

3.3 AS QUESTÕES NEGLIGENCIADAS NA MINUSTAH: RAÇA, CONTROLE E PERPETUAÇÃO DA DEPENDÊNCIA NO HAITI

Os documentos do CSNU analisados nas seções anteriores destacam em especial os direitos humanos, tais como a proteção contra os abusos e exploração das mulheres e crianças e inclui o DSNCRIP como instrumento para buscar a garantia de serviços públicos essenciais e a proteção dos direitos fundamentais, também a geração de novos empregos e a promoção da prestação de serviços e infraestrutura básicos. Entretanto, Louis (2022) destaca as contradições dos documentos ao argumentar sobre a forma como o compromisso de proteger os mais vulneráveis foi constantemente violado, em vista dos relatos de abusos e violência direta da própria força de paz contra a população civil. Diversas organizações haitianas, como a Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos, denunciaram repetidamente os abusos promovidos por oficiais civis, soldados e policiais da ONU e casos de assédio, estupro, prostituição forçada, escravidão sexual e pedofilia praticados pelos capacetes azuis (Louis, 2022).

Para Louis (2022), a violência sexual é contextualizada como uma consequência direta da intervenção militar e da lógica de poder colonial imposta. Seguy (2017) argumenta que a MINUSTAH, como uma força de ocupação neocolonial, instrumentalizou o estupro como uma arma de guerra, violência essa que tinha a intenção de degradar, oprimir e dominar os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. Os soldados da missão obtinham vantagem com a fragilidade da população e ofereciam ajuda, como comida em troca de sexo, o que é chamado pelo autor de indústria sexual.

Jennings e Ristanovic (2009 *apud* Seguy 2017) expõe que atuação da operação induziu a uma *peacekeeping economy* que levou ao aumento da procura por serviços sexuais e a ampliação das redes de tráfico de pessoas, em níveis nacional e internacional, que revela o aprofundamento das práticas de exploração e a perpetuação de estruturas coloniais de subjugação Louis (2022) analisa esse contexto como um reflexo da colonialidade do ser, de forma que, desvaloriza as populações não ocidentais com base em estruturas de dominação racial e sexual, colocando o povo haitiano em uma situação de opressão e exploração que é evidenciada pelos abusos sexuais contra população em condição de precariedade social. Assim, Seguy (2017) conclui, segundo o pensamento decolonial, que esses fatos foram marcados pela surdez e cegueira seletivas das Nações Unidas e da comunidade internacional, em que a

impunidade leva a ONU a agir como se tivesse plena liberdade para atuar em solo haitiano, sem responsabilização por suas ações.

Ademais, um ponto de extrema relevância para a análise decolonial das resoluções é a questão racial ou, melhor dizendo, a falta dela. Nos documentos, a raça e questões relacionadas não são citadas em momento algum. Essa omissão é seletiva, estratégica e funcional em prol da manutenção do poder hegemônico sobre o Haiti (Silva, 2021). O argumento central das perspectivas decoloniais é a raça e, no Haiti, a problemática é historicamente moldada pela hierarquização racial moderna/colonial. Dessa forma, as resoluções do CSNU ao utilizarem a narrativa de Estado falido e a ameaça à paz e a segurança internacional para justificar a implementação da MINUSTAH ignoraram o papel estrutural da raça na sociedade haitiana e garantiram que a situação deveria ser solucionada em acordo com padrões ocidentais (Louis, 2022). Para Silva (2021) e Louis (2022), essa omissão intencional é uma maneira de mascarar as agressões perpetradas por ex-colonizadores e pelo Ocidente e se liga fortemente a colonialidade do poder que opera sobre uma lógica de hierarquia de dominação da supremacia branca.

Guerra (2018) analisa a presença da lógica racista nas operações e argumenta que seu caráter permeável e estruturante molda as relações externas de poder. Essa lógica atua a partir da matriz colonial do poder e estrutura a coordenação da operação, que administra a existência do dominado, as questões sociais que os cercam e a dimensão política. De acordo com a teoria decolonial, a raça e o racismo são elementos essenciais e implícitos que embasam a realização da MINUSTAH no Haiti. A ausência das questões de raça nos documentos oficiais permitiu a dominação imposta pelo ocidente como um reflexo da epistemologia moderna/colonial que classificava a população de acordo com critérios racializados, isso contribuiu para a instrumentalização da MINUSTAH como uma missão civilizatória, que precisaria transformar os nativos, considerados como bárbaros pela retórica moderna, em seres civilizados, ou seja, ocidentalizados (Louis, 2022).

Compreende-se que a ONU, instrumentaliza a narrativa de “Estado Falido” através da incapacidade estatal, principalmente de países do Sul Global, para promover a construção da “paz sustentável” por meio das operações de paz. Entretanto, no contexto pós-Guerra Fria o desenvolvimento da paz onusiana está assentado sobre pilares de um modelo ideológico liberal ocidental influenciado pelo interesse dos atores centrais no sistema internacional. A aplicação desse modelo é ahistórico, racista e carrega consigo resquícios do ideal colonial moderno

binário, considerando que grande parte da população das nações historicamente marginalizadas é composta por não-brancos (Guerra, 2018).

Sob essa ótica, a MINUSTAH manifestou-se como instrumento de controle racializado e neocolonial, porém com uma retórica neutra e universal que pregava a segurança e o desenvolvimento e permitiu a perpetuação dos interesses neoliberais hegemônicos sobre o Haiti (Louis, 2022). Para Guerra (2018), a presença de hierarquias racializadas da missão negou o direito à autodeterminação dos haitianos. Ademais, atuação da MINUSTAH incidiu dentro do desenho das instituições, na política e economia que foram moldadas pelas organizações internacionais envolvidas na missão, e minimizaram a participação do povo local. Este fato reforça os pressupostos da democratização liberal e a busca a todo custo pela transição para o livre mercado global (Guerra, 2018).

Contudo, essa orientação, desconsidera as especificidades haitianas e ignora os efeitos socioeconômicos decorrentes desse modelo para a população, sendo eles: a superexploração da mão de obra negra haitiana, com remuneração extremamente baixa para beneficiar a indústria têxtil voltada à exportação. Porém, apesar do aumento pouco significativo do PIB, essas alterações aprofundam a desigualdade social no país (Seguy, 2014 *apud* Guerra, 2018). Assim, Seguy (2014), argumenta que o racismo presente na atuação da MINUSTAH também se expressou na forma como as organizações internacionais moldaram as instituições e as práticas políticas e econômicas do Haiti, restringindo o protagonismo e a participação efetiva da população local. Seguy (2014 *apud* Guerra, 2018, p. 13) sintetiza de maneira assertiva essa situação ao falar:

Reforça-se assim o viés analítico das operações de paz como atravessadas por uma lógica inerentemente racista, de apropriação dos recursos naturais e territórios de regiões da periferia global, superexploração de sua massiva mão-de-obra não-branca e repressão violenta daqueles que contestam o estabelecimento dessa ordem.

A título de exemplo, Seguy (2014) destaca a repressão das manifestações populares em prol do reajuste do salário-mínimo em 2008, quando a MINUSTAH prendeu aproximadamente quarenta pessoas e agiu sobre a luz da estabilização ao reprimir os manifestantes. O autor ainda critica o processo de exploração econômica através da liberalização da economia haitiana, citando a privatização de empresas e criação de leis que favorecem o mercado externo, o que propicia uma dependência financeira externa e a exploração intensa da força de trabalho. Dessa maneira, entende-se a operação como enraizada em uma lógica racial sistêmica, eurocêntrica e perpetuada em um contexto de supremacia branca.

CONCLUSÃO

O presente trabalho se orientou pelo objetivo de examinar o papel das intervenções externas, em específico da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), de 2004 a 2017, a partir de uma análise decolonial, questionando a perpetuação de estruturas neocoloniais e da violência estrutural. A investigação estruturou-se a partir da pergunta: como a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti reproduziu lógicas de colonialidade a partir da institucionalização de práticas de tutela?

Com base na análise teórica, histórica e documental das resoluções do CSNU, este estudo contribuiu para o entendimento de como a MINUSTAH reproduziu a lógica de colonialidade, através da institucionalização da tutela como um mecanismo de manutenção do Haiti em uma posição de subordinação política, econômica e racial no sistema internacional que permitia a perpetuação dos interesses externos dos países centrais. Dessa forma, a missão se configurou como um instrumento de colonialidade do poder, do saber e do ser.

A fundamentação teórica e crítica em relação ao CSNU foi trabalhada no primeiro capítulo e, a perspectiva decolonial foi instrumentalizada como lente crítica para desnaturalizar a ordem internacional. Demonstrou-se assim que o Direito Internacional e as instituições multilaterais, como o CSNU, carregam uma lógica colonial moderna binarista, na qual o não branco é considerado “não civilizado” e precisa ser resgatado por “povos civilizados superiores”. Essa racionalidade eurocêntrica e hierárquica sustenta a seletividade das intervenções, majoritariamente direcionadas ao Sul Global, ao mesmo tempo que utiliza discursos universalistas para mascarar os interesses de poder.

A historicidade e o viés revolucionário do Haiti situaram-se no segundo capítulo, que abordou a existência política haitiana como uma ameaça à ordem colonial e escravista desde sua revolução e independência, em 1804. Este fato levou a uma trajetória de punições, isolamento e contenção, evidenciada pela dívida de indenização imposta pela França e representada pelas constantes intervenções militares, como a ocupação dos EUA de 1915 a 1934. O estudo revelou que a presença externa sempre permaneceu estruturada por uma dimensão hierárquica racial, que utilizou a retórica do anticomunismo punitivo durante a Guerra Fria e a narrativa de Estado frágil e incapaz para legitimar a perpetuação do controle e a dependência externa.

O capítulo final analisou as resoluções do CSNU e comprovou a reprodução da colonialidade. A MINUSTAH, embora tenha favorecido conquistas e algumas evoluções, como

as eleições de 2006, priorizou a segurança militarizada e a manutenção da ordem em detrimento da transformação social e da soberania. Como exemplo, a transferência da responsabilidade pela estabilidade e desenvolvimento para o povo haitiano, presente nas resoluções, pode ser vista como um mecanismo de tutela e dependência, no qual os mesmos atores que historicamente exploraram e fragilizaram o país atribuíram ao povo o dever de solucionar crises estruturais. Portanto, a MINUSTAH reproduziu lógicas de colonialidade pela institucionalização da tutela de três formas principais:

- 1) através do plano racial e epistêmico, o CSNU negligenciou o papel estrutural da raça, o que, o estudo conclui, pela lente decolonial, como uma omissão seletiva, estratégica e funcional em prol da manutenção do poder hegemônico.
- 2) No plano econômico e político, a tutela facilitou a imposição do modelo liberal ocidental. Isso influenciou a negação do direito à autodeterminação e na superexploração da mão de obra negra haitiana de exportação.
- 3) No plano da violência e da ética, a tutela se revelou na impunidade da força da ocupação. A missão foi marcada por abusos e violência direta contra a população civil, incluindo a violência sexual instrumentalizada como arma de guerra.

Entende-se que a missão se baseou na retórica binarista moderna de que a população haitiana precisava ser transformada em “seres civilizados”, ou seja, ocidentalizados. Isso caracterizou a MINUSTAH como uma missão civilizatória que desconsiderou os contextos locais e impôs modelos eurocêntricos de governança. A raça, como categoria analítica, atuou como um *sliding signifier* e foi utilizada para justificar a aplicação do conceito de “linha de cor” de Du Bois na subjugação dos corpos e das riquezas haitianas. Do ponto de vista econômico, as políticas de instituições financeiras, como a liberalização do mercado de arroz, fragilizaram a produção nacional e resultaram na dependência e insegurança alimentar do Haiti. Nesse contexto, o racismo se manifestou na apropriação de recursos naturais e territórios e na repressão violenta de manifestações populares, evidenciando que a missão priorizava a estabilidade do mercado para os interesses externos.

A missão também falhou na gestão da crise de cólera, considerada a maior falha ética e humanitária da MINUSTAH e que expôs a negação de responsabilidade da ONU e a falta de reparação às vítimas, o que demonstra que a impunidade e a incapacidade de obter reparação foram agravadas pela fragilidade estatal haitiana. Assim, a ausência de responsabilização reforça a crítica a atuação com plena liberdade e sem penalidade da ONU e do CSNU.

Diante disso, este trabalho conclui que a MINUSTAH, ao invés de romper, perpetuou o ciclo de violência e dependência. A partir da análise das resoluções e da literatura secundária, torna-se evidente que as intervenções internacionais no Haiti operaram sob uma lógica de tutela que, ao invés de promover autonomia, reforçou estruturas históricas de subordinação. A perpetuação da colonialidade, expressa nos planos racial, político, econômico e ético, evidencia que a MINUSTAH para além de se apresentar como insuficiente em seu propósito de estabilização, aprofundou vulnerabilidades já existentes. Desse modo, os resultados desta pesquisa reafirmam que os projetos internacionais direcionados ao Haiti devem reconhecer as marcas estruturais da colonialidade e a centralidade da raça para evitar a reprodução de práticas de dominação, para além da mera menção, como feito nas resoluções. O caso haitiano demonstra a urgência de novas abordagens que priorizem a autodeterminação, a reparação histórica e a construção de políticas comprometidas com a dignidade e soberania do povo haitiano.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 20, p. 173-196, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>. Acesso em: 3 out. 2025
- ARTHUS, Wien Weibert. The challenge of democratizing the Caribbean during the Cold War: Kennedy facing the Duvalier dilemma. **Diplomatic History**, v. 38, n. 5, p. 1-27, 2014. Disponível em: [Challenge of Democratizing the Caribbean during the Cold War: Kennedy Facing the Duvalier Dilemma* | Diplomatic History | Oxford Academic](#). Acesso em: 29 out. 2025.
- BARBANEL, Dove. No Remedy to Cholera in Haiti: How the UN Undermines Human Rights. **Journal of Human Rights Practice**, Oxford, v. 13, n. 2, p. 386–406, 2022. Disponível em: [No Remedy to Cholera in Haiti: How the UN Undermines Human Rights | Journal of Human Rights Practice | Oxford Academic](#). Acesso em: 19 nov. 2025.
- BBC BRASIL. Como Haiti se tornou 1º país independente da América Latina — e pagou 'multa' multimilionária por isso. **BBC Brasil**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0x3q735ve1o>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BBC BRASIL. Saiba mais sobre as eleições no Haiti. **BBC Brasil**, 17 fev. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/060217_eleicoeshaitientendarw. Acesso em: 5 de nov. 2025.
- BEST, Antony; HANHIMÄKI, Jussi M.; MAIOLO, Joseph A; et al. **International History of the Twentieth Century and Beyond**. 3. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2015.
- BRAGA, Carlos. MINUSTAH and the Security Environment in Haiti: Brazil and South American Cooperation in the Field. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 5, p. 711-722, 2010. Disponível em: [MINUSTAH and the Security Environment in Haiti: Brazil and South American Cooperation in the Field: International Peacekeeping: Vol 17 , No 5 - Get Access](#). Acesso em: 13 out 2025.
- ÇAPAN, Zeynep. Decolonising International Relations? **Third World Quarterly**, v. 38, n. 1, p. 1-15, 2017. Disponível em: [Decolonising International Relations? Third World Quarterly: Vol 38 , No 1 - Get Access](#). Acesso em: 25 set 2025.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2 ed. Curitiba: Letras Contemporâneas Livros & Livros, 2020.
- COLEMAN, Adam. The devil you know: US-Haitian relations, 1957-1968. **NC State University Libraries**, Raleigh. 2004. Disponível em: [The Devil You Know: US-Haitian Relations, 1957-1968](#). Acesso em: 29 out 2025.
- CONSTABLE, Pamela. Dateline Haiti: Caribbean Stalemate. **Foreign Policy**, n. 89, p. 175-190, 1992-1993. Disponível em: [Dateline Haiti: Caribbean Stalemate on JSTOR](#). Acesso em: 17 out 2025.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti**: da crise à MINUSTAH. 2009. Recurso online (155 p.) Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence>. Acesso em: 20 jan 2021.

DUBOIS, Laurent *et al.* **The Haiti Reader**. Duke University Press, 2020.

FRENAT, Faniel; WESZ JUNIOR, Valdemar. Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção de arroz. **Revista NERA**, v. 27, n. 3, 2024. Disponível em: [Vista do Liberalização do mercado no Haiti e seus efeitos sobre a produção de arroz / Market liberalization in Haiti and its effects on rice production / Libéralisation du marché en Haïti et ses effets sur la production de riz](#). Acesso em: 12 nov. 2025.

GERLUS, Jean-Claude. The Effects of the Cold War on U.S.-Haiti's Relations. **Journal of Haitian Studies**, Santa Barbara, v. 1, n. 1, p. 34-56, 1995. Disponível em: [The Effects of the Cold War on U.S.-Haiti's Relations on JSTOR](#). Acesso: 31 out. 2025.

GIRARD, Philippe R. **Haiti**: The Tumultuous History: From Pearl of the Caribbean to Broken Nation. New York, 2004.

GUERRA, Lucas. Raça, racismo e operações de paz: uma análise crítica da MINUSTAH. **NEIBA**, Rio de Janeiro, VII, p. 1-16, 2018.

HAITI. **Action Plan for National Recovery and Development of Haiti**. Government of the Republic of Haiti, [2010]. Disponível em: [Haiti Action Plan.pdf](#). Acesso em: 14 nov. 2025.

HAITI. **National Plan for the Elimination of Cholera in Haiti**: 2013-2022. Ministry of Public Health and Population; National Directorate for Water Supply and Sanitation [2013]. Disponível em: [cholera-haiti-nat-plan-elim-2013-2022.pdf](#). Acesso em: 14 nov. 2025.

HINDAWI, Coralie. Decolonizing the Responsibility to Protect: On pervasive Eurocentrism, Southern agency and struggles over universals. **Security Dialogue**, v. 53, n. 1, p. 38-56, 2022.

HIRST, Monica. A Intervenção Sul-Americana no Haiti. **Análise de Conjuntura OPSA**, n. 6, 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/analises.php>. Acesso em: 29 de out. 2025.

HOWARD, Lise. UN Peace Implementation in Namibia: The Causes of Success. **International Peacekeeping**, London, v. 9, n. 1, p. 99-132, 2002. Disponível em:(PDF) UN Peace Implementation in Namibia: The Causes of Success. Acesso em: 12 set. 2025.

LAGUERRE, Michael. The place of Voodoo in the social structure of Haiti. **Caribbean Quarterly**, v. 19, n. 3, p. 36-50, 1973. Disponível em: [THE PLACE OF VOODOO IN THE SOCIAL STRUCTURE OF HAITI on JSTOR](#). Acesso em: 24 set. 2025.

LESSONS FROM HAITI. **Interim Haiti Recovery Commission**. Disponível em: <https://www.lessonsfromhaiti.org/lessons-from-haiti/interim-haiti-recovery-commission/>. Acesso em: 15 nov. 2025

LIMA, Guimel Borges. **As intervenções no Haiti e a questão do “Estado-falido”**: uma leitura pós-colonial. 2020. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020.

LOUIS, Fouchard. **A paz como colonialidade do poder**: uma análise crítica do processo de construção da paz no Haiti (2004-2017). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Unila. Paraná, Foz do Iguaçu, 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Volume III – Da independência a 1870. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUANG, 2004. p. 19-72.

MACK, Willie. Transnational carceral regimes and punitive anticommunism: the creation of the totalitarian carceral state in Haiti (1957–1986). **The Journal of Haitian Studies**, v. 31, n. 1, p. 123-149, 2025. Disponível em: [Mack-final-JOHS 31.1.pdf](#). Acesso em: 29 out. 2025.

MANZO, Kate. Do colonialism and slavery belong to the past? In: EDKINS, Jenny; ZEHFFUS, Maja (Ed.). **Global Politics**: A new introduction. London, ed. 3. 2019.

MIGNOLO, Walter D. DELINKING: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, 2007. Disponível em: [DELINKING: Cultural Studies: Vol 21 , No 2-3 - Get Access](#). Acesso em: 27 set. 2025

NAÇÕES UNIDAS - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Réduction de la violence communautaire. **United Nations**., 2006–2017. Disponível em: https://minustah.unmissions.org/r%C3%A9duction-de-la-violence-communautaire?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 6 nov. 2025.

NAPOLEÃO, Thomaz; KALIL, Mariana. Stabilization as the scuritization of peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: [\(PDF\) Stabilization as the scuritization of peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti.](#). Acesso em: 11 nov. 2025.

NDUWAYEZU, Didas. The failure of United Nations forces (UNAMIR) to stop Tutsi genocide in Rwanda during 1994. **Research Repository**, Yogyakarta, 2016. Disponível em: <https://repository.umy.ac.id/handle/123456789/1083>. Acesso em: 13 set. 2025.

NICHOLLS, David. Haiti: The rise and fall of Duvalierism. **Third World Quarterly**, v. 8, n. 4, p. 1239-1252, 1986. Disponível em: [Haiti: The rise and fall of Duvalierism: Third World Quarterly: Vol 8, No 4](#). Acesso em: 18 out. 2025.

NOGUEIRA, Penelope. Teologia da Libertação: o que é, origens e pensadores do movimento católico que mudou a América Latina. **Revista Fórum**, 2025. Disponível em: [Teologia da Libertação: o que é, origens e pensadores da movimento católico que mudou a América Latina - Revista Fórum](#). Acesso em: 24 de nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DE CRISES INTERNACIONAIS. Conselho de Segurança, Responsabilidade de Proteger e Atrocidades Massivas. **Observatório de Crises Internacionais**, UFPE, 2021. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/26/conselho-de-seguranca-responsabilidade-de-proteger-e-atrocidades-massivas/>. Acesso em: 5 set. 2025.

OLIVEIRA, Washington Luiz de Sousa. A intervenção da força de paz da ONU no Haiti: uma questão de soberania. **Pergamun**, 2015. Disponível em: [Pergamum - Acervo Online](#). Acesso em: 15 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: UNIC, Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil, 2022. Disponível em: [Carta-ONU.pdf](#). Acesso em: 3 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council 12078: Security Council Press Statement on Haiti**. 2015. Disponível em: <https://press.un.org/en/2015/sc12078.doc.htm>. Acesso em: 2 nov. 2025.

OSGOOD, Brian. What is the history of foreign interventions in Haiti? **Al Jazeera**, 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/3/14/what-is-the-history-of-foreign-interventions-in-haiti>. Acesso em: 4 out. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1529, de 29 de fevereiro de 2004. Disponível em: [S/RES/1529 \(2004\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1542, de 30 de abri. de 2004. Disponível em: [S/RES/1542 \(2004\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1576, de 29 de nov. de 2004. ONU, 2004. Disponível em: [S/RES/1576 \(2004\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1601, de 31 de mai. de 2005. Disponível em: [S/RES/1601 \(2005\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1608, de 22 de jun. de 2005. Disponível em: [S/RES/1608 \(2005\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1658, de 14 de fev. de 2006. Disponível em: [S/RES/1658 \(2006\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1702, de 15 de ago. de 2006. Disponível em: [S/RES/1702 \(2006\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1743, de 15 de fev. de 2007. Disponível em: [S/RES/1743 \(2007\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1780, de 15 de out. de 2007. Disponível em: [S/RES/1780 \(2007\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1840, de 14 de out. de 2008. Disponível em: [S/RES/1840 \(2008\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1892, de 13 de out. de 2009. Disponível em: [S/RES/1892 \(2009\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1908, de 19 de jan. de 2010. Disponível em: [S/RES/1908 \(2010\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1927, de 14 de jun. de 2010. Disponível em: [S/RES/1927 \(2010\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 1944, de 14 de out. de 2010. Disponível em: [S/RES/1944 \(2010\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2012, de 14 de out. de 2011. Disponível em: [S/RES/2012 \(2011\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2070, de 12 de out. de 2012. ONU, 2012. Disponível em: [S/RES/2070 \(2012\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2119, de 10 de out. de 2013. Disponível em: [S/RES/2119 \(2013\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2180, de 14 de out. de 2014. Disponível em: [S/RES/2180 \(2014\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2243, de 14 de out. de 2015. Disponível em: [S/RES/2243 \(2015\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2313, de 13 de out. de 2016. Disponível em: [S/RES/2313 \(2016\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution n. 2350, de 13 de abr. de 2017. Disponível em: [S/RES/2350 \(2017\)](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

URBANO, João Paulo. A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção. In: **PET-REL – Revista Petrel**, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://petrel.unb.br/destaques/233-revista-petrel-v-6-n-3-novembro-2024>. Acesso em: 8 nov. 2025

PATRIOTA, Antonio. A invocação do Capítulo VII após a Guerra do Golfo. In: PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

PIERRE, Stephat. Uma análise das razões históricas do atraso haitiano. **Acervo digital UFPR**, 2023. Disponível em : [R - D - STEPHAT PIERRE.pdf](#). Acesso em: 10 out. 2025.

QUIASSA, Juvenal Pelo. As operações de paz das Nações Unidas na resolução do conflito na Somália no período de 1992 a 1995. **Revista Tópicos**, 2025. Disponível em:

<https://revistatopicos.com.br/artigos/as-operacoes-de-paz-das-nacoes-unidas-na-resolucao-do-conflito-na-somalia-no-periodo-de-1992-a-1995>. Acesso em: 5 set. 2025.

SABARATNAM, Meera. Postcolonial and decolonial approaches. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (Ed.). **The globalization of World Politics: An introduction to international relations**. 9. ed. Oxford: Oxford University Press, 2023. p. 162-178.

SEGUY, Franck. Ocupación, cólera y negocios: las virtuosas actuaciones de la MINUSTAH. In: FÉLIZ, Mariano; PINASSI, Maria Orlanda. **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. 2017. p. 135-152

SEGUY, Franck. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, n. 22, p. 79-108, 2014.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 2 set. 2025.

STEIN, Sabrina. When Do Comprehensive Peacekeeping Operations Succeed? The Case Of The Un Observer Mission In El Salvador (ONUSAL) And The Un Verification Mission In Guatemala (MINUGUA). **Stars**, Orlando, 2012. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/etd/2329>. Acesso em: 13 set. 2025.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

RESOLUÇÃO n.º 038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante **Maria Clara Gazzotto Longhi** do Curso de Relações Internacionais, matrícula: 20221004300240 (e-mail: gazzottomariaclar@gmail.com), na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Intervenção e Poder no Haiti: Uma análise decolonial da MINUSTAH (2004-2017)**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 09 de dezembro de 2025.

Assinatura do(s) autor(es):

Nome completo do(s) autor(es): Maria Clara Gazzotto Longhi

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Danillo Alarcon